



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 191 - SEXTA-FEIRA, 27 DE OUTUBRO DE 2006 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente

Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente

Antero Paes de Barros – PSDB-MT

1º Secretário

Efraim Morais – PFL-PB

2º Secretário

João Alberto Souza – PMDB-MA

3º Secretário

Paulo Octávio – PFL-DF

4º Secretário

Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário

1ª - Serys Slhessarenko – PT-MT

2º - Papaléo Paes – PSDB-AP

3º - Alvaro Dias – PSDB-PR

4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

<p style="text-align: center;">MAIORIA (PMDB) – 20</p> <p style="text-align: center;">LÍDER EM EXERCÍCIO Wellington Salgado de Oliveira ⁽²⁾</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Wellington Salgado de Oliveira Garibaldi Alves Filho Gilberto Mestrinho Geovani Borges Amir Lando Ramez Tebet</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">LÍDER EM EXERCÍCIO DO PMDB – 20 Wellington Salgado de Oliveira ⁽²⁾</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Luiz Otávio Valdir Raupp Alberto Silva</p>	<p style="text-align: center;">BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB/PRB)- 19</p> <p style="text-align: center;">LÍDER Ideli Salvatti – PT</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PT – 12 Ideli Salvatti</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PRB– 2 Marcelo Crivella</p>	<p style="text-align: center;">LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32</p> <p style="text-align: center;">LÍDER Alvaro Dias– PSDB</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Juvêncio da Fonseca - PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres - PFL</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres - PFL César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago) ⁽¹⁾</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PSDB – 16 Arthur Virgílio</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p>
<p style="text-align: center;">LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Peres ⁽³⁾</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p>	<p style="text-align: center;">LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO P-SOL – 1 Heloisa Helena</p>	<p style="text-align: center;">LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO GOVERNO (vago) Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)</p>
EXPEDIENTE		
<p style="text-align: center;">Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 174ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 26 DE OUTUBRO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discurso do Expediente

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Encaminha requerimento de informações ao Ministro de Minas e Energia, sobre venda de área da Amazônia para ingleses. O uso eleitoral da Polícia Federal. 32911

1.2.2 – Leitura de requerimento

Nº 1.074, de 2006, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando ao Ministro de Estado das Minas e Energia as informações que menciona. 32913

1.2.3 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR NEY SUASSUNA – Apelo aos novos senadores eleitos, para que não descuidem de incentivar as potencialidades econômicas do Nordeste. Regozijo com as propostas dos candidatos à Presidência, em favor da revitalização da Sudene. 32915

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Protesto contra os discursos do Presidente Lula da Silva, em campanha pela reeleição, com críticas ao Congresso Nacional pelo fato de ainda não ter sido votada a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. 32920

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, ontem, com apresentação de duas emendas perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, que autoriza os Estados Federados e o Distrito Federal a explorar loterias. 32924

1.2.5 – Discurso do Expediente (continuação)

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Solicita a transcrição, nos Anais da Casa, do artigo de Lourenço Cazarré intitulado *Cleptopeleguismo: criação brasileira*. 32925

1.2.6 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ALVARO DIAS – A dimensão da crise na agricultura brasileira. O baixo crescimento econômico e a alta taxa de juros no país. Registro da matéria intitulada “*Vice da OAB acusa Lula de desestimular a PF*”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 28 de setembro do corrente. ... 32928

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Registro da matéria intitulada “*Céu sem despe-sas*”, publicada no **Jornal do Brasil**, edição de 30 de agosto do corrente. 32930

SENADOR ALMEIDA LIMA – Registro do artigo intitulado “*Será possível que ninguém se toca?*” de autoria do jornalista Arnaldo Jabor, publicado no jornal **O Globo**, edição de 17 de outubro do corrente. 32931

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA – Comentário sobre a matéria intitulada “*TCU bloqueia repasse de R\$6,35mi ao Piauí às vésperas da eleição*”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 13 de setembro do corrente. 32933

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Comentário sobre a matéria intitulada “*Presidente comprou governador de MT*”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 16 de outubro do corrente. 32934

SENADOR MARCOS GUERRA – Registro da matéria intitulada “*PF afasta delegado e faz intervenção branca para controlar investigações*”, publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 22 de setembro do corrente. 32935

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Comentário sobre a matéria intitulada “*Imagens de TV manipuladas*”, publicada pelo jornal **Correio Braziliense**, edição de 23 de setembro do corrente. 32937

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 57 e 58, de 2006. 32939

3 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 240 e 241, de 2006. 32940

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 2.101 a 2.104, de 2006. 32941

SENADO FEDERAL

- 5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**
- 52ª LEGISLATURA**
- 6 – SECRETARIA DE COMISSÕES**
- 7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS**
- 8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**
- 9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**
- 10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR**
- 11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR**

- 12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**

CONGRESSO NACIONAL

- 13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**
 - 14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
 - 15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)**
 - 16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**
-

Ata da 174ª Sessão Não Deliberativa, em 26 de outubro de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. Ney Suassuna e da Srª Heloísa Helena

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antes de falar do assunto do meu pronunciamento, gostaria de dizer que encaminhei à Mesa requerimento de informações dirigido ao Ministro de Minas e Energia a respeito de uma notícia divulgada no **site** Alerta Total – também publicada pelo jornal Valor Econômico – cuja manchete é a seguinte: “Lula planeja vender, no ano que vem, 331 áreas minerais brasileiras para controladores ingleses que o apóiam”. Segundo a matéria, algumas dessas áreas estão localizadas no meu Estado, Roraima, e que quem está fazendo esse trabalho é a antiga CPRM, órgão ligado ao Ministério de Minas e Energia.

Então, estou encaminhando o requerimento para saber se isso realmente procede, porque é da mais alta gravidade.

Nós demarcamos reservas indígenas, demarcamos reservas ecológicas, aprovamos aqui, contra o meu voto e de mais 12 Senadores, a Lei de Gestão das Florestas, e agora se prepara essa armadilha de entregar, nessas áreas, para mineradoras estrangeiras, a exploração dos nossos minérios, o que não é de se admirar. Aliás, há muito tempo que nós vimos alertando para essa questão. Nada mais interessante que as reservas, sejam ecológicas, sejam indígenas, coincidirem com o mapa das riquezas minerais do País.

Registro, então, o pedido de informações que fiz ao Sr. Ministro de Minas e Energia.

Sr. Presidente, quero falar hoje especificamente sobre a Polícia Federal, um tema que considero da mais alta relevância para o País.

Sempre fiz, aqui, pronunciamentos a favor da Polícia Federal. Por ser um homem de uma região que tem uma imensa fronteira desguarnecida, entendo que o papel da Polícia Federal naquela região amazônica é de fundamental importância. Mas o que nós vemos? Vemos que há poucos policiais, que não há equipamento adequado, que não há sequer pessoas para manter vigilância ininterrupta na fronteira. Os policiais trabalham, portanto, com muito esforço para dar conta de suas tarefas, principalmente no que tange a descaminho, tráfico de drogas, contrabando de armas e diversos outros ilícitos cometidos não apenas naquela região, mas em todo o Brasil.

Fiquei muito preocupado, durante esta campanha eleitoral, com o uso da Polícia Federal como motivo de propaganda eleitoral. Vemos o Presidente da República se gabando do número de operações feitas pela Polícia Federal em seu governo, como que a dizer que a Polícia Federal é uma polícia do governante de plantão.

Seria como que dizer que, se um governante for, digamos assim, mais desleixado, a Polícia Federal não cumpre as suas finalidades, não investiga, não apura, não faz operações, não cumpre, portanto, sua tarefa.

Isso me preocupa muito, porque a imagem que fica para a população é de que a Polícia Federal está sendo manipulada, de que se está mandando que ela realize operações. Tenho certeza de que todas as operações que ela realiza são feitas com ordem judicial, embora – tenho que ressaltar aqui – tenha feito, em Roraima, uma operação sem ordem judicial, embasada apenas em parecer da Subprocuradora da República Drª Duprat, que disse que não era preciso ordem judicial para invadir propriedades

particulares que estavam numa área demarcada. Tirando esse fato, não conheço outro em que a Polícia Federal tenha feito alguma operação sem a devida ordem judicial.

Se a Polícia Federal age assim, não há por que ela servir de elemento de propaganda eleitoral para este ou aquele candidato, muito menos motivo para o atual Presidente da República dizer-se o guardião e o comandante da Polícia Federal nessas operações.

Procurei fazer contato hoje com a Associação Nacional dos Delegados e, depois, com o Sindicato de Polícia do Distrito Federal para me informar a respeito do assunto, pois pretendo me aprofundar nessa questão, porque o que os policiais federais pensam não é exatamente o que o Senhor Presidente da República diz no seu horário eleitoral.

Com um efetivo de onze mil homens e mulheres – vejam o quanto é pequena essa corporação –, a Polícia Federal age da maneira mais correta possível, cumprindo seu papel independentemente de determinação do Presidente da República. Aliás, o Presidente não tem que mandar fazer. Ele pode até, em algum caso, exigir que a coisa seja esclarecida num espaço de tempo menor, dependendo da gravidade, mas nunca mandar investigar esta ou aquela pessoa. Se assim fosse, teríamos uma Polícia à moda da Gestapo, no tempo de Hitler. O que a Polícia Federal quer, na verdade, é ser uma polícia-cidadã, uma polícia de Estado que possa trabalhar a favor da sociedade.

É importante, então, que o Congresso Nacional, que o Senado e a Câmara se debrucem sobre o assunto, inclusive para criar uma lei orgânica própria para a Polícia Federal.

Há, no Ministério da Justiça, um anteprojeto dessa lei que até hoje não foi remetido ao Congresso Nacional. A questão da carreira na Polícia Federal também é mal regulamentada, pois uns pensam de um jeito e outros, de outro. É preciso que se dê um basta a essa situação, que não pode permanecer como está.

Há uma emenda constitucional, do Senador Valmir Amaral, que propõe dar autonomia administrativa e financeira à Polícia Federal. Penso que a questão tem que ser bem discutida. Não sei se o ideal é que a Polícia Federal continue como é, subordinada ao Poder Executivo, se ela deve ser subordinada ao Ministério Público ou se ela pode ser uma agência independente, com autonomia para agir, independentemente da vontade desse ou daquele governante. Mas o certo é que uma instituição desse porte não pode ser utilizada como mero trunfo numa campanha eleitoral. Penso que

isso desmerece os policiais federais que têm muitos anos de carreira, porque, ao dizer que a Polícia Federal fez tantas operações no governo anterior e que agora está fazendo dez vezes mais, está-se dizendo que essa Polícia Federal age conforme a vontade do rei, o que, com certeza, não é o que ocorre.

Portanto, quero, ao mesmo tempo em que defendo essa questão, dizer que me preocupo com ela e que vou me aprofundar no estudo. Não sei se a proposta do Senador Valmir Amaral é a ideal, mas vou procurar conversar com a categoria, vou procurar conversar com a OAB, que tem o posicionamento de que a Polícia Federal tem que ter certa autonomia, autonomia administrativa e financeira, pois não podemos deixar a instituição ficar dessa forma exposta.

É lógico que eu também tenho críticas à forma como a Polícia Federal vem atuando em alguns casos. Se ela vai prender, por exemplo, um cidadão ou uma cidadã, a imprensa é avisada antes, o cidadão é preso mediante alguma evidência ou algum indício de prova, mas, depois de exposto à mídia, esse cidadão, por ordem judicial, é liberado, porque, evidentemente, não havia elementos para sua condenação. Com isso, transmite-se à população uma sensação de impunidade e joga-se para o Judiciário a falsa responsabilidade por libertar pessoas que deveriam estar presas, quando, na verdade, o que o Judiciário está fazendo é cumprir a lei, que diz que não deve permanecer presa uma pessoa que não tenha, efetivamente, os requisitos legais para permanecer nessa situação.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Heráclito, com muito prazer.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Quero me congratular com V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti, por, com muita coragem, abordar um tema republicano. A preocupação de V. Ex^a é também a minha, de que a Polícia Federal não seja instrumento de questões eleitorais, de questões políticas, que são passageiras, uma vez que ela é uma entidade permanente. V. Ex^a está coberto de razões. Ontem, em Marabá, no Pará, ocorreu um fato envolvendo um Senador da República, que teve seus aposentos invadidos, por ordem judicial, para revista aleatória. Como pode essa ordem ter recaído exatamente sobre o apartamento de um Senador que apóia um candidato contra o Palácio do Planalto? É uma grande coincidência. Depois, foi truculenta a maneira como os jornais relataram o fato. Dizem que se trata de um jornal apócrifo – estou baseando-me nas informações; não quero entrar na questão de que era uma publicação feita com responsabilidade do assinante. Essas coisas não podem ser feitas dessa

maneira. Esse fato, Presidente Heloísa Helena, de o Palácio do Planalto estar, a cada momento, dando uma versão, colocando um suspeito novo – um dia, o Sr. Naji Nahas; noutro, o fulano, o sicrano –, para desviar o foco e adiar a verdade para depois da eleição, é criminoso. Chama-me a atenção a coluna do jornalista Cláudio Humberto, que há três dias traz o roteiro de um avião que saiu de Nova Iguaçu para São Paulo, com o diretor da Corretora Vicatur, na companhia dos Srs. Hamilton Lacerda e Fernando Ribas. Agora, dizem que havia uma terceira pessoa, que eles acham que é um ex-assessor do Ministério da Saúde. Mais grave: diz-se que o vôo foi clandestino, pois esse avião comunicou a uma torre de controle que estava saindo de Maricá, quando, na realidade, estava saindo de Nova Iguaçu, onde, oficialmente, a pista está interditada. Não se vê um esclarecimento sobre esses fatos. Esse assunto está sendo investigado pela Polícia Federal. É grave! A Anac tem a obrigação de se manifestar sobre isso, de confirmar ou de desmentir, porque o impressionante é que essa matéria foi divulgada há três dias, e não há um desmentido, não há uma palavra sobre isso. Hoje, o Ministro da Justiça aparece como advogado de defesa do PT e não como Ministro da Justiça do Brasil, dizendo que tem certeza de que o PT não está metido nisso. Ninguém sabe mais nada. Tenho admiração pelo Ministro Márcio Thomaz Bastos. Trata-se do melhor criminalista do Brasil, e não poderiam ter escolhido outro melhor para ser Ministro da Justiça de um Partido como o PT neste momento. De dia, ele ocupa a cadeira de Ministro da Justiça do Brasil e, de noite, é garoto propaganda nos palanques do PT. As entrevistas dele são entrevistas de militante, e a liturgia do cargo que vá para o inferno. Congratulo-me com V. Ex^a e acho que essa questão deve ser vista com mais responsabilidade. Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Agradeço a V. Ex^a o aparte, Senador Heráclito Fortes, porque creio que todo brasileiro confia e deseja ver a Polícia, seja Estadual, seja Civil, seja Militar e mais ainda a Polícia Federal, respeitada, realmente prestigiada.

Infelizmente, não é o que está acontecendo com a Polícia Federal. Vou citar o exemplo do meu Estado. A Superintendência da Polícia Federal em Roraima funciona num prédio alugado. Quer dizer, não há sequer um prédio, é um prédio arranjado para funcionar a Superintendência da Polícia Federal. Os dois postos da Polícia Federal, um na fronteira com a Venezuela e outro na fronteira com a Guiana, são precários, tanto em número de funcionários quanto em equipamento. Isso ocorre no Brasil todo, de modo geral. Vejo essa

situação como um alerta para nós Congressistas, para nos debruçarmos sobre isso. A OAB defende a autonomia da Polícia Federal e sua desvinculação do Poder Executivo, há emenda do Senador Valmir Amaral nesse sentido, mas devemos discutir com a categoria e com a sociedade uma forma de preservar a instituição, preservar os seus servidores, que são, com certeza, brasileiros bem intencionados, que não devem ser utilizados em propaganda eleitoral como se fosse mérito do Presidente da República uma Polícia cumprir a finalidade para a qual foi criada. Considero gravíssimo o fato de a Polícia Federal ser utilizada como matéria de propaganda eleitoral de um candidato. Espero que possamos resgatar essa situação e nos debruçar sobre essa questão, porque o Brasil precisa muito de uma Polícia Federal que guarde as suas fronteiras, que evite o narcotráfico, que evite o contrabando de armas, porque o que acontece no Rio, em São Paulo e nas grandes cidades, na verdade, se origina nas grandes fronteiras brasileiras desguarnecidas, principalmente na Amazônia, mas também no Centro-Oeste.

Encerro meu pronunciamento, hipotecando minha solidariedade à Polícia Federal e a seus membros, mas, ao mesmo tempo, dizendo que é preciso, sim, que haja uma reação por parte da categoria devido a essa imagem de que a Polícia Federal não funcionava antes do Governo Lula e que passou a funcionar agora, depois do Governo Lula, por ser ele quem determina as operações.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Ney Suassuna deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra Heloísa Helena.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.074, DE 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50 da Constituição Federal, requeiro sejam prestadas pelo Senhor Ministro das Minas e Energia, Silas Rondau, informações sobre planejamento, por parte do Governo Federal, para venda de 331 áreas minerais a estrangeiros, conforme denúncia do “Site Alerta Total”, em anexo.

Sala das Sessões, 26 de outubro de 2006. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

Site Alerta Total

1 mensagem

ROSBER <rosber@abordo.com.br>

Para: mozarildo@gmail.com

16 de Outubro de 2006 20:4

Segunda-feira, Outubro 16, 2006

Lula planeja vender, no ano que vem, 331 áreas minerais brasileiras para os controladores ingleses que o apóiam

Edição de Segunda-feira do Alerta Total

Edição em áudio a partir de Meio-dia.

Por Jorge Serrão

O Governo Lula da Silva, que acusa seus adversários de serem privatistas (com toda razão), se prepara para entregar 331 áreas com riquezas minerais ao capital privado transnacional (os controladores ingleses da economia mundial). As jazidas foram descobertas desde os anos 70 e são de níquel, carvão, zinco, diamante, ouro, cobre, turfa e terras raras (matéria-prima para a indústria eletroeletrônica). O Serviço Geológico do Brasil (ex-Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais) prepara, para 2007, uma licitação de seus direitos minerários.

O preço mínimo de cada área será divulgado apenas junto com os editais da licitação, prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2007. O processo de licitação está sendo elaborado há cinco meses pelo governo. Mas a CPRM vem organizando informações sobre essas áreas (localização, estimativas de reservas medidas e inferidas) desde 2003, de acordo com o presidente do órgão, Agamenon Dantas. A denúncia é do jornal Valor Econômico. Atualmente, o Brasil já perde US\$ 700 milhões por dia, com o subfaturamento de minérios. O negócio de compra e venda de minerais brasileiros é controlado pela London Metal Exchange (LME) da City de Londres.

A venda será dividida em blocos, por região e por minério. As áreas a serem vendidas estão há quase 40 anos em poder do Ministério de Minas e Energia. Das 331 áreas, 258 já têm documentação pronta. Quatro delas ficam dentro de reservas indígenas em Roraima. Nelas existe grande quantidade de diamantes e minerais raros, como a gipsita, essenciais para a indústria do petróleo, espacial e de alta tecnologia. Outro alvo é a reserva de nióbio, no Rio Cupari, no Pará. Por conta da escalada do preço das commodities metálicas no mercado internacional, as reservas brasileiras que serão vendidas pelo governo Lula são consideradas atualmente viáveis para a instalação de projetos. As mineradoras estrangeiras estão de olho e torcendo pela reeleição.

Apenas para os céticos que gostam de exemplos – e que não acreditam na existência e no poder dos controladores ingleses, alegando que os relatos objetivos sobre eles são “Teoria da Conspiração” –, apenas as reservas de níquel contido em Goiás são avaliadas em 427 mil toneladas. Na semana passada, o metal fechou negociado (à vista, na LME londrina) - a US\$ 33 mil e 500 dólares por tonelada.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, por permuta com a Senadora Ideli Salvatti, pelo tempo que entender necessário.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr^a Presidente.

Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, tenho muito orgulho de ser nordestino, muito orgulho mesmo, Senadora Heloísa Helena. Até quando olhamos historicamente o Nordeste, verificamos que veio de lá o primeiro ciclo econômico por meio do pau-brasil.

O pau-brasil, na área do Nordeste, era muito mais macio e servia muito mais aos propósitos de tingir roupas. Naquela época, o vermelho era uma cor tão rara que só usava vermelho os nobres. Para se tingir uma roupa de vermelho, usavam os caramujos, os crustáceos do Mediterrâneo. De repente, descobriram uma forma barata, que era o pau-brasil. Mas o pau-brasil do Sul e do Sudeste era muito duro para ser triturado e transformado em tinta, enquanto o do Nordeste era macio. Por isso, tivemos o primeiro ciclo, e tanto pau-brasil saiu que praticamente exauriu.

Depois, houve outro ciclo importante, que foi o da cana-de-açúcar. Há ainda extensas plantações no meu Estado, no de V. Ex^a e em vários Estados, mas sem a produtividade das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Hoje essas regiões usam máquinas, cada uma equivalendo a 70 trabalhadores na área agrícola. Enquanto isso, na nossa área, a colheita e a plantação continuam manuais. Tudo isso faz com que haja um rendimento muito menor.

Houve também, em alguns Estados, o ciclo do algodão e da oiticica. O algodão, no meu Estado, era uma riqueza incomensurável. Hoje já não existe devido ao bicudo. A oiticica e a carnaúba perderam espaço, perderam mercados e praticamente sumiram, como ocorreu com o sisal.

Um terço da população está sempre à mercê de novos empregos. No caso do meu Estado, precisamos de 40 mil empregos todos os anos. Não é fácil conseguir esses 40 mil empregos. Essa dificuldade termina por gerar uma migração para o Sul, o Sudeste e o Centro-Oeste, transformando o Nordeste em grande exportador de mão-de-obra para Estados em que o ciclo econômico é mais ativo, mais forte.

Atualmente, quem falar em economia no Nordeste estará falando, provavelmente, no turismo, que tem crescido enormemente, como no Ceará, em Pernam-

buco, na própria Paraíba, no Rio Grande do Norte e em vários Estados, como o Estado de V. Ex^a, Alagoas. Pode-se falar dos inúmeros minérios, do gesso existente no Nordeste, principalmente dos calcários. Na Paraíba, por exemplo, há muita coisa.

Na agricultura, nós não temos senão a cana-de-açúcar e algumas manchas. Não temos a primazia nessa cultura porque é uma região de clima muito difícil. Com a pecuária, ocorre o mesmo: temos grandes dificuldades quando feita a comparação com outras áreas do País. Mas, na caprinocultura, nós temos alguma esperança. E, aí, o que podíamos avançar para conseguir mais empregos? A indústria. Mas, como falar de indústria se os mecanismos que nós tínhamos, como a Sudene, foram desativados?

Eu estou nesta tribuna hoje porque vi com alegria que os dois candidatos à Presidência falam na revitalização da Sudene. Eu sei que V. Ex^a, com essa expressão que fez para mim, está a dizer: isso é assunto de campanha. É assunto de campanha, mas eu tenho esperança de que realmente consigamos a volta da Sudene, se não nos moldes criados por Celso Furtado, pelo menos que ela volte a ter um balizamento forte, a ser fator de indução de progresso, para que voltemos a ter o crescimento industrial do nosso Nordeste.

Há outras perspectivas. Já há pesquisa de gás e de petróleo na Paraíba; o Rio Grande do Norte já está funcionando, já está produzindo, como também em Pernambuco. Quando houve o deslocamento dos dois continentes, África e América do Sul, a rocha era a mesma. No lado da África, descobriram 18 bilhões de metros cúbicos. É muita coisa.

É óbvio que a rocha do lado de cá também tem que ter. E essa foi a grande esperança da nossa Paraíba. Fizemos pesquisas, que, no caso da costa, ainda estão um pouco embrionárias, mas, com certeza, há gás e petróleo nas rochas da Paraíba, Pernambuco e, tomara, também nos Estados vizinhos.

Mas ainda faltou dinheiro para dar continuidade à pesquisa. Quando olhamos os números da pesquisa, Srs. Senadores, ficamos pasmos ao ver que os números são altamente rentáveis, porque, logo em seguida à pesquisa, ocorre o leilão, no qual, muitas vezes, já se tira o dinheiro para pagá-la. Mas, depois, com a exploração, continua sendo pago um dividendo, que permite ao País um ressarcimento gigantesco. Na pesquisa feita na Paraíba, para a região de Souza, eram 40 milhões. Foi até quantificada a vazão de petróleo: 15 mil barris/dia, pois é uma região relativamente pequena e é a mesma bacia potiguar. Mas na costa não. Lá, a exploração é muito maior e muito mais promissora. Todavia, falta dinheiro para pesquisa. O pior é que a Agência Nacional de Petróleo tem, por lei,

direito a esse dinheiro, mas, sempre que se reúne, a equipe econômica passa a régua e leva esse dinheiro de volta. Assim, não se tem dinheiro para pesquisa e, conseqüentemente, os leilões não se sucedem na velocidade que queremos. Não alcançando a velocidade necessária, ficamos batendo palmas para a Petrobrás que aumentou a produção. Mas nós poderíamos estar muito mais adiante se a pesquisa estivesse sendo efetuada muito mais velozmente. Então, no caso do petróleo, nós temos essa preocupação.

Estávamos com o leilão marcado para o dia 5 de novembro – ou até antes, para outubro na Paraíba.

Em 5 de novembro, o leilão foi suspenso para dar prioridade ao problema do gás boliviano. Assim, frustrou-se novamente a esperança de que, pelo menos na região de Souza, tivéssemos a exploração de petróleo no curto prazo.

Quem passa pelo Espírito Santo – e a minha esperança é que a Paraíba seja o Espírito Santo amanhã – verifica que a transformação naquele Estado foi enorme depois que encontraram petróleo lá. Investiram R\$6 bilhões em dois anos, e, como conseqüência, a economia está fluindo, tudo está indo muito bem.

Mas perdemos o leilão de agora. Quando será o próximo? Estamos pressionando. Espero que os próximos representantes continuem a manter a pressão para que o leilão ocorra no curto prazo.

A exploração de petróleo na costa nordestina é mais profunda, pois a rocha é mais dura. Mas se faz necessária essa pesquisa porque, se do lado de lá, na África, tem petróleo em quantidade, do lado de cá também tem que ter uma vez que a rocha é a mesma, o continente era um só.

Estou vendo que o Senador Heráclito quer usar da palavra.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Ney Suassuna, parabênizo V. Ex^a pela coragem do seu pronunciamento. Mas não tenho vocação para agir como censor. Quem seria eu para censurá-lo? Queria apenas alertar V. Ex^a sobre o risco de ser desautorizado pelos seus colegas da Base do Governo, no caso, pelo PT, que, de repente, passaram a combater privatização, e leilão é privatização. V. Ex^a não faça isso, pois estará indo de encontro ao PT, contra aquele pessoal que chama multinacional de truste, que é contrário à privatização. Talvez por isso esses leilões estejam sendo adiados. V. Ex^a cometeu outro crime ao dizer que tem gás na África. O meu medo é que o Lula queira puxar o gás da África para cá, como quis fazer na Venezuela.

Não coloque idéia na cabeça dele, que ele promete! V. Ex^a se lembra que ele disse que ia trazer o gás da Venezuela? Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a foi muito feliz ao se lembrar da história econômica do Nordeste.

Não queira ver como me deu nostalgia quando falou da carnaúba, que, durante muitos anos, foi a base da economia do meu Piauí. Fez uma verdadeira peregrinação sobre as regiões do Nordeste e os seus produtos, que o tempo se encarregou de acabar, por substituição por outros produtos mais modernos, de outras fontes, ou porque o interesse comercial já deixou de ser prioritário. Mas a minha grande esperança, embora em posição divergente, foi quando o Nordeste produziu uma pérola, vinda ali de Garanhuns, e fez dela Presidente da República. Pensei, Senadora Heloísa Helena, que íamos viver quatro anos de fausto e de riqueza. A Paraíba, com gás e petróleo; o Piauí, com as promessas todas feitas: a transposição do São Francisco, o sertão virando mar, a refinaria, os metrô, todo mundo com dentadura na boca. Não ia haver mais banguela, porque, outro dia, ele disse que atendeu 500 mil brasileiros por telefone. É uma tecnologia nova, que, tenho certeza, será vendida. Só o que vamos ganhar de **royalties** por essa tecnologia de atendimento moderno será fantástico. Infelizmente, nada disso aconteceu, e os primeiros quatro anos passaram.

Daí por que a comparação entre o que promete o Alckmin e o que promete o Lula não ter cabimento. Alckmin se credenciou como um Governador paulista, de pé no chão, e que realizou uma obra fantástica, daquelas que você vê, não obras virtuais. Aliás, eu acho que esse João Santana é um gênio! Pode ser até ele esteja... Senadora Heloísa Helena, no calendário chinês tem um ano que é o do galo. O galo é aquela avezinha, objeto de estimação de outro marqueteiro. Eu tenho a impressão que tem um galo expirando porque, plasticamente, é perfeito. Evidentemente que a linha é a mesma de todas as campanhas feitas: serve para a campanha do Maluf, como serve para a campanha do Lula. A linha é a mesma, só que entre o que promete e a realidade vai uma diferença muito grande. Aliás, o Lula dispensa **teleprompter**; o texto, como nós vimos no debate, ele lê com muita perfeição, o que mostra a evolução; ruim é quando sai do texto. Aquela história de ele querer acabar com a Avenida Paulista porque o Alckmin só tinha os olhos para ela e se esquecer que a Avenida Paulista é habita por nordestinos, por nortistas, por sulistas, que ali é terra sem dono, mostra um pouco o que se passa pela cabeça dele. Mas uma coisa está me conformando, eles estão começando, Senador Mozarildo Cavalcanti, a trabalhar para dentro, o programa está começando para dentro. Semana a passada, Senadora Heloísa Helena, eu comecei a ouvir aquela música que diz “deixa o homem trabalhar”, “deixa o homem trabalhar”.

Ontem eu descobri o que é. Aquilo é um recado ao José Dirceu, ao Palocci, ao rapaz da cueca, àqueles todos que criaram constrangimento para que na eventualidade de um segundo turno não repitam aquilo e

que ele possa trabalhar. Como Lula não assume nada e a culpa sempre é dos outros, ele vai botar a culpa nesses que atrapalharam e aí ele está tentando passar para mim, para V. Ex^a e para o Brasil que, se esse pessoal não atrapalhar, ele vai trabalhar. Cabe ao povo brasileiro acreditar ou não. Muito obrigado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Fico exultante sempre com o bom humor de V. Ex^a, mas concordo com a saudade da nossa carnaúba. Também na nossa Paraíba a carnaúba era importante, como era a oiticica. Só concordo com isso. Quanto ao restante, fico até preocupado, porque hoje e amanhã são os dois últimos dias para se usar esse discurso. Na próxima semana nós teremos, com certeza...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Vai ver que fica feliz com as obras feitas na Paraíba, no quarto ano, pelo Governo.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Voltando à nossa preocupação do Nordeste, nós temos milhões de nordestinos que precisam ter empregos. Precisamos realmente da Sudene. E fiquei feliz ao ver que os dois candidatos colocaram na sua pauta a preocupação com a revitalização da Sudene.

Eu queria alertar para alguns itens que também são importantes. Por exemplo: nós temos a facilidade de pesca. Isso é uma coisa incrível. A Paraíba, naquele cantinho, está muito perto das águas profundas, onde há peixe como o atum.

O grande celeiro de pesca, Senadora Heloísa, era Santa Catarina, mas um navio, quando sai para pescar naquelas águas, só faz três pescarias por ano. Quando saem, na Paraíba, fazem quatro, porque economizam tempo. Mas, lamentavelmente, não soubemos regulamentar bem essa área de pesca.

Os navios estrangeiros que foram autorizados a pescar para exportar e foram para Pernambuco exauriram o mercado, deixaram várias dívidas e não cumpriram a legislação. Depois foram para a Paraíba, de onde seguiram para o Rio Grande do Norte, passaram pelo Ceará e agora estão na Nicarágua. Temos de prestar atenção nessas pessoas que estão se dedicando a um ramo tão importante como o da pesca, em que não é preciso plantar pasto porque o peixe está no mar. Contudo, não fizemos uma legislação e somos parcialmente responsáveis. Essa é uma área de grande importância para o Nordeste. Teremos de fazer a legislação e cuidar disso.

Está vindo o biodiesel, que poderá ser uma nova riqueza para o Nordeste e para o mundo, principalmente quando as pesquisas e as estatísticas demonstram que o planeta está entrando em uma onda de esquentamento, em uma situação de irreversibilidade em seu

desgaste, motivo por que precisamos cuidar de uma economia mais sustentável.

Há o problema do turismo, e o Nordeste é um grande celeiro de turismo. Há também o minério. Todavia, temos de corrigir algumas coisas. Um exemplo disso é a cana-de-açúcar. Não podemos competir com o Sul porque, como disse, lá são usadas máquinas que se equivalem à força de setenta trabalhadores, enquanto no Nordeste o trabalho é manual. Havia um diferencial de R\$5,00 por tonelada pago para a nossa região que foi cortado pelo último Ministro. Isso significa que ficamos sem condições de concorrência e que as nossas usinas e a área de plantio da cana-de-açúcar vão declinar. O mesmo ocorre com as indústrias.

A indústria do milho, por exemplo. Para se fazer o nosso cuscuz, o nosso pão de cada dia no interior do Nordeste, para cada saca [de milho] havia um desconto de R\$5,00, se fosse para ração animal – e continua havendo –, mas não para ração humana. (Risos.)

Nossa candidata à Presidência da República, com certeza, devia ter lembrado isso para dar mais uma alertada e dizer que é diferente. Quando se trata de ração para animal, há um desconto na saca do milho, mas, quando é para ser humano, não há esse desconto.

Aí, fica difícil concorrermos. De repente, começamos a encontrar, no mercado nordestino, cuscuz vindo do Sul.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Ney Suassuna, desculpe-me a ignorância. Quando se vende o milho, diz-se se é para bicho ou para gente?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não. Compra-se no Centro-Oeste ou no Sul. Quando se faz a guia, se for para uma indústria produzir alimentação animal, há o desconto; se for para alimentação humana, não há desconto. É incrível, mas é verdade. Eu já tinha feito um discurso...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Quem confere depois?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Hoje estou meio apertado aqui. De um lado, um bate politicamente; do outro, a Presidência faz eco.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Vou lhe dizer por que V. Ex^a está apertado. O nordestino é, antes de tudo, um forte, como o sertanejo. Somos três nordestinos aqui.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – É verdade.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Quando V. Ex^a fala de Sudene, vamos e venhamos, temos de fazer **mea-culpa**. O projeto veio para cá em regime de urgência. O Presidente Lula o retirou, e nós aceitamos. V. Ex^a, Líder, e eu, Presidente de uma comissão, demos um crédito de confiança. Mas a culpa foi nossa. Nós não

soubemos pressionar, defender o Nordeste e preservar, principalmente, a imagem e a memória de Celso Furtado, que foi usado, de maneira leviana e criminosa, pelo Presidente da República, que o levou a Fortaleza, já com a saúde comprometida, para participar daquela farsa, iniciada na campanha passada, quando ele e alguns companheiros abraçaram o prédio da Sudene.

E olhe que para abraçar aquele prédio, construído na época do milagre brasileiro, Senadora Heloísa Helena, é preciso muita gente, mas ele conseguiu. Abraçou o prédio todinho; foi um abraço de urso. Infelizmente, somos culpados, mas o que se pode fazer? Vamos rezar para que o País crie juízo domingo. V. Ex^a sabe muito bem que o Brasil precisa crescer.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Precisa e, se Deus quiser, vai crescer.

Quero dizer a V. Ex^a que, quando fui Ministro da Integração Nacional a Sudam nem sequer estava implantada. Fiz sua implantação na marra. E consegui a última verba para pagar aqueles projetos. Muitos empresários do Nordeste entraram com dinheiro. Deviam receber a parcela do Governo, mas esse nunca pagou. Foi a última vez que conseguimos pagar alguma coisa àquela época. A partir de então, nunca mais se conseguiu um centavo...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Quando a Sudam e a Sudene foram extintas, V. Ex^a era o Ministro?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não. O Ministro era Fernando Bezerra. Fui Ministro depois dele e do Senador do Mato Grosso. Eu fiz a implantação.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O que fez com que a Sudam fosse fechada àquela época? O que motivou o fechamento?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Foram os inúmeros escândalos na Sudam e na Sudene – na Sudam houve mais escândalos. O Presidente da República à época era Fernando Henrique Cardoso. Ele permitiu o fechamento, mas também permitiu a abertura da Sudam. Nós fizemos a abertura e conseguimos a última verba. A partir daí, não conseguimos verba nem sequer para a recuperação dos elevadores.

Pegar um elevador naquele prédio é um deus-nos-acuda. Hoje, aquele prédio é um retalho: cada repartição pública federal pegou um pedacinho. E até a manutenção está difícil. Mas esse não é o tema do meu discurso.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Eu até peço desculpas.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não, absolutamente.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Mas eu louvo a grandeza do Presidente Lula, que, de vez em quando, é incorporado do espírito do Beato Salu, que perdoa

todo mundo. Está todo mundo junto. É perdão... Os pecadores de ontem são os salvadores da Pátria de hoje. E assim o Brasil vai. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Eu é que agradeço a V. Ex^a

Pois bem. Encerrando, nobre Senadora, eu espero que essas capacidades, essas relatividades que nos permitem uma certa vantagem sejam exploradas. Eu tenho muita esperança de que nós aumentemos o turismo; que tenhamos o biodiesel; que regulamentemos bem a área de pesca, que verifiquemos esse problema da cana-de-açúcar, esse problema da própria indústria porque nós não temos como concorrer com o Sul e o Sudeste – eu acabei de falar do problema da indústria alimentícia – porque é difícil. Até mesmo a área de algodão.

Vamos ver uma indústria, como a indústria de fiação e a indústria de confecção, como é o caso da Coteminas, que tem indústria gigantesca tanto no Rio Grande do Norte como na Paraíba. Mas já não temos tecnologia e precisamos receber o algodão de Mato Grosso. Até estamos criando uma tecnologia que possa combater o bicudo.

O pior não é isso; o pior é que a população perdeu até o *know-how*, já não sabe como *cuidar de uma* plantação de algodão. Esses são motivos que me trazem hoje à tribuna, Senador. Venho pedir que a nova leva de Senadores, principalmente os nordestinos – somos 27 nordestinos –, não deixe de olhar para essa área econômica, que é importante. No caso do meu Estado, eu citaria a mineração, a pesca, o petróleo, que são itens de suma importância para os próximos anos. Essa eram as considerações que eu queria fazer.

Agradeço a V. Ex^a e indago da Mesa se na próxima semana haverá sessão deliberativa, porque há um feriado bem no meio da semana.

A SRA. PRESIDENTE (P-SOL – AL) – Se dependesse de mim, até hoje a sessão seria deliberativa, Senador. Com certeza, na próxima semana... Como V. Ex^a está aqui essa semana, na próxima também estará...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Mas na próxima semana haverá sessão deliberativa?

A SRA. PRESIDENTE (P-SOL – AL) – Bom, se dependesse de mim, ...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Haveria?

A SRA. PRESIDENTE (P-SOL – AL) – ...haveria coisas melhores para o povo brasileiro e piores para os que têm a síndrome da “preguicite aguda” e não cumprem suas tarefas, mas a comunicação que a Dr^a Cláudia faz é a de que houve uma decisão da Mesa, que não tem a minha participação, ao contrário, tem o meu repúdio, no sentido de que haverá sessão deliberativa apenas no dia 7.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – No dia 7?

A SRA. PRESIDENTE (P-SOL – AL) – Mas, V. Ex^a participar...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – E não haverá nenhuma...

A SRA. PRESIDENTE (P-SOL – AL) – ...talvez possibilite que na próxima semana haja, porque está ficando muito feio.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Virei na próxima semana, Senadora. Na terça-feira estarei aqui.

Outra pergunta, Presidente: alguma medida provisória está chegando à Mesa? Há notícias?

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agora não, mas se a Câmara conseguir votar alguma coisa hoje...

Há medida provisória para ser lida.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Há medida provisória para ser lida?

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Sim, há medida provisória para ser lida.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – E ela terá que ser lida até o dia 7?

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Obrigatoriamente, deverá ser lida, porque está preparada para a leitura.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Agradeço as explicações de V. Ex^a.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – A não ser que haja alguma viagem interplanetária ou conchavo de liderança, sem a minha participação, que impeçam a leitura. Regimentalmente, constitucionalmente, portanto sob a égide da legislação em vigor no País e respeitando a ordem jurídica vigente, para agradar aos mediocres legalistas de plantão, que falam tanto na lei mas não deixam que ela seja cumprida, ela deverá ser lida, Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Senadora, quero agradecer a V. Ex^a...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Ney Suassuna, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Pois não.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Mais uma vez, nesse debate democrático, promovido aqui pela mais liberal de todas as Presidentes desta Casa...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Eu estava prolongando um pouco, Senador, para haver tempo de Ex^a voltar. Agora que V. Ex^a voltou e ela já me deu as informações...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a fez uma pergunta fantástica sobre as medidas provisórias, mas

o que me chamou a atenção foi o fato de o Governo, de maneira cínica e deslavada, ficar cobrando a discussão da LDO, quando se sabe que se ele mostrar a LDO, mostrará exatamente o que preparou para o Brasil no próximo ano. E, por incrível que pareça, Senador Ney Suassuna, V. Ex^a está licenciado como Líder, mas o nosso “sansão”, representante das Minas Gerais, Líder substituto, que não se encontra no País no momento, deve estar a par do assunto, a LDO diminui recursos do Bolsa-Família, aumenta impostos, aliás, com a mesma violência com que eles estão adiando a elucidação de crimes no qual a corriola está envolvida, eles estão também adiando a real discussão da LDO. Tenho certeza de que se V. Ex^a estivesse no exercício, líder republicano como é, jamais permitiria isso. O Brasil não pode deixar de ser prioridade para que a prioridade seja um simples interesse eleitoral.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Quero agradecer à Presidência, dizendo que vou deslocar-me para o meu Estado hoje, mas vou levar na minha retina as duas lembranças: a lembrança da minha Presidente feliz e sorridente, como nunca a tinha visto antes, e a lembrança do meu amigo Heráclito Fortes, como nunca, esgrimando, enquanto pode, às vésperas da eleição.

Alea jacta est – a sorte está lançada. Na próxima semana, nós nos encontraremos aqui sob a égide de uma nova ordem.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL. AL) – Infelizmente não. Senador Ney Suassuna, é claro que compartilho inteiramente com as preocupações de V. Ex^a em relação à Região Nordeste, que é tão importante, com um gigantesco potencial de águas agricultáveis, de recursos hídricos, com tecnologia e conhecimento que poderiam ser disponibilizados... É uma conversa fiada dizer que o semi-árido, o clima, a falta de chuva no Nordeste... Mentira. No Nordeste chove o suficiente, existe tecnologia a ser disponibilizada para projetos de irrigação com pouca água, com grande impacto social, que dinamiza a economia local, gera emprego, gera renda. Só discordo da generalização de que todos nós temos, igualmente, culpa em relação à ausência de alternativas para o Nordeste. Eu tenho culpa zero. Essa conversa não aceito. Eu tenho muitas culpas na vida, mas, com certeza, ausência, omissão e cumplicidade com essa ausência de respeito dos Governos Federais para com o Nordeste, essa culpa eu não tenho.

Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes, pelo tempo que entender necessário ao seu pronunciamento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Heloísa Helena, quero agradecer a V. Ex^a esse

crédito de confiança que me dá ao me conceder um tempo infinito. Sabe V. Ex^a que se eu for cumprir à risca sua disposição, nós viraríamos a noite, mostrando os erros, os fracassos e a má-fé deste Governo. Como eu não quero me cansar nem cansá-la e tampouco cansar os nossos queridos ouvintes da TV Senado ...

A SRA. PRESIDENTE (Heloisa Helena. P-SOL – AL) – Quanto a mim, cansaço não haverá.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Tenho certeza.

A SRA. PRESIDENTE (Heloisa Helena. P-SOL – AL) – Desculpe-me por interromper V. Ex^a. Eu não suporto que alguém quando assume a Presidência fique interrompendo o orador. Eu só quero dizer que, até para minimizar o efeito muito feio para o aprimoramento da democracia representativa de uma casa vazia... Há os que praticam o esporte do vagabundismo; outros, o da síndrome da “preguicite aguda”; há outros que, por motivos nobres, não podem vir, mas pelo menos que a presença dos que aqui estão trabalhando, cumprindo suas obrigações, possa até minimizar o efeito muito dramático para a sociedade de ver uma Casa vazia em função do processo eleitoral.

Portanto, tem V. Ex^a o tempo que entender necessário para o seu pronunciamento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Em primeiro lugar, quero pedir desculpas aos oradores que falarão depois de mim e pedir-lhes que tenham um pouco de paciência.

Em segundo lugar, digo que hoje me sinto como me sentia na Câmara assistindo bravamente ao Deputado Fernando Gabeira, Líder dele mesmo, que, com o ideal firme e a convicção forte, atravessou quatro anos como Líder dele mesmo, do PV. Consegui fazer a travessia e foi consagrado como Deputado Federal no Rio de Janeiro. O mais importante é que, tal qual V. Ex^a, não teve a necessidade e nem se deixou ser forçado a trair as suas convicções nem tampouco mudar o seu pensamento.

Senadora Heloísa Helena, eu peguei a carona do nosso Líder Ney Suassuna para exatamente chamar a atenção para a LDO. Quem não quer discuti-la não é a Oposição. Quem não quer votá-la não é a Oposição. A Oposição não tem número. Agora o PT mostrou força lá na Câmara, Senadora Heloísa Helena, juntando Parlamentares para absolver os sanguessugas. Por que não tem número para votar a peça mais importante que nós temos? A lei mais importante para o Congresso, depois da Constituição, é claro, é o Orçamento. Faz isso exatamente porque tudo que o Sr. Lula está dizendo em praça pública com relação ao Orçamento vai de encontro ao que a LDO traz. Ela penaliza, inclusive, o Bolsa- Família, cortando gastos.

Ontem, o Mantega reconheceu, pela primeira vez, que o Governo aumentou juros, como se a sensibilidade do bolso do brasileiro não fosse suficiente para ver o que vem acontecendo.

Senadora Heloísa Helena, a certeza da blindagem e o messianismo do candidato à reeleição chegou a tal ponto – e eu quero chamar a atenção do povo brasileiro para este fato –, que, no último debate, no SBT, ele disse que se tivéssemos uma crise no setor alimento, uma necessidade de aumentar, se o mercado aumentasse o preço, ele resolvia numa canetada, importando alimentos.

Senadora Heloísa Helena, é não ter a menor noção do que é a consequência, meu caro Senador Suassuna, do que uma atitude ou um gesto dessa natureza traria para o Brasil; o Brasil que ele se vangloria de que aumentou as exportações de alimentos.

Hoje mesmo o seu pirotécnico programa eleitoral mostra isso. A importação seria o quê? Vindita? Ou para ajudar o Fidel Castro em alguma demanda que tenha de produto?

É uma coisa inaceitável que seja dito, que seja pensado em se fazer. Agora, não tenho nenhuma dúvida de que vamos ter, Senador Ney Suassuna, caso aconteça um desastre nas urnas, domingo, quatro anos com tentativa desbragada de autoritarismo neste País. E disso não resta nenhuma dúvida, pela própria maneira como vem se comportando o Presidente e pelos sinais que vem dando.

A ex-Deputada Marta Suplicy, ex-prefeita de São Paulo, acusa a Oposição de terceiro turno, como se terceiro turno não fosse o que ela ainda hoje vive por não ter absorvido uma derrota eleitoral que teve na cidade de São Paulo para o Serra. E são essas as pessoas que estão se preparando para dialogar com a Oposição. Se for para trazer Suplicy para dialogar, prefiro o outro, o original, o que se elegeu Senador porque tem diálogo nas ruas. Esse sabe conversar, é paciente, é humilde.

O Senador Mozarildo falou aqui sobre a Polícia Federal. Quero dizer que, na medida em que aquela corporação pode, ela tem sido justa, correta e republicana. A deformação da Polícia Federal vem das ordens superiores, vem do Ministro da Justiça e vem da manipulação de fatos que acontecem. Senador Ney Suassuna, invade-se no Estado do Pará o apartamento em um hotel em que está um Senador da República.

Não quero nem discutir a situação da imunidade, porque acho que ela até não serve para essas coisas, desde que haja uma suspeita grave. Mas uma busca e apreensão aleatória, dentro de um hotel, não se pode fazer em apartamento nem de um Senador da República nem de cidadão algum, porque, a partir do momento em que ele está ali hospedado e registrado numa ficha

a que a polícia tem acesso, aquela área passa a ser residência provisória e, portanto, tem de ser respeitada. Revista aleatória em hotel não pode existir. A polícia deve esperar até seis horas em ponto e bater em um hotel de Marabá, com vários apartamentos, mas ir exatamente ao apartamento de um Senador, sob uma outra alegação falsa de que há um jornal apócrifo, quando, na realidade, é um jornalista – quero até pedir socorro aqui –, de sobrenome Brasiliense, que me parece ter ligações com a imprensa em Brasília que está lá.

Chamo a atenção para esse fato, Senador Suassuna, porque lá atrás, em 2002, fui vítima de uma ação desse tipo, por denúncia do PT, na cidade de Barreiras, onde um juiz, extrapolando suas funções, fez comigo algo semelhante, também por ter recebido denúncia anônima de um militante do PT. Lá, nesse caso, com um agravante: o juiz, por meio de ligações familiares, tinha interesse pessoal na eleição que beneficiava o candidato do PT.

É um fato que se repete. Aliás, o PT repete tudo: repete dossiê, repete assalto a cofres e repete esse tipo de comportamento.

O que me chama a atenção, Senador Ney Suassuna e Senadora Heloísa Helena, é que a agilidade que Polícia teve nesse caso de infração à lei eleitoral, a rapidez com que agiu não foi a mesma com que deveria ter agido no Estado do Pará para prender os que deram prejuízos na famosa Cooperativa Nova Amafrutas, da qual um dos dirigentes era o Sr. Lorenzetti, tão famoso no Brasil hoje por suas articulações nas cercanias do Gabinete do Presidente e por sua especialidade em fazer churrasco. Espero que tudo isso não seja uma jogada de **marketing** para, no futuro, ele montar uma empresa “Churrascarias Lorenzetti”. Ele vai partir de um nome famoso. O dono do chuveiro de mesmo nome escreveu para nós, no Senado, muito magoado com o uso daquela marca, que já entra com o registro para evitar esse tipo de apropriação.

E o PT, como sempre, tenta justificar, da maneira mais interessante possível. Hoje, Senadora Heloísa Helena, um jornal diz o seguinte: “O Lorenzetti não tinha nada a ver com esse fato. O Lorenzetti apenas entrou para fazer a captação de recursos internacionais para a Amafrutas”. É preciso que o PT mostre o dinheiro captado, as correspondências trocadas com qualquer investidor estrangeiro e, se tudo isso for verdade, qual a experiência anterior do Sr. Lorenzetti nessa questão, porque o que se sabe é que, anteriormente a ele ter sido indicado diretor do Banco de Santa Catarina, a sua convivência com banco era apenas num banco de praça num local pitoresco lá em Florianópolis e que ficou famoso por ser o local daquela famosa “novembrada”, onde o Presidente Figueiredo e César Cals envolveram-se numa questão. É uma espécie de boca maldita

de Curitiba ou da “rádio calçada” lá de Teresina e que a modernidade hoje transformou em “senadinho”, que é o centro das conversas, geralmente versando sobre fatos da vida alheia, onde o Sr. Lorenzetti, lá em Florianópolis, era um especialista. Saiu do banco da praça para o Banco de Santa Catarina; do Banco de Santa Catarina para gerir ONGs; e das ONGs para a Amafrutas. E não se apura isso. Fica-se apenas aguardando o que e quem. Foram R\$20 milhões tirados de recursos para pequenas empresas, enquanto os agricultores do Pará precisavam desse tipo de recurso e não foram atendidos. E o Sr. Lorenzetti chega de “pára-quedas”, associa-se à Amafrutas e dá esse prejuízo.

V. Ex^a falou do biodiesel, Senador Ney Suassuna. Concordo com V. Ex^a em gênero, número e grau. Só precisa escolher a matriz. Que não se leve para outros Estados a experiência levada para o meu Piauí, a da mamona. O prejuízo está lá. É preciso que o Governo diga quanto gastou, como gastou, quanto adiantou e por que adiantou ao grupo empresarial que instalou esse mirabolante projeto. A Polícia Federal, aliás, o juiz que deu a ordem de busca e apreensão para esse panfleto ou jornal – sei lá o que foi – deveria tomar a mesma atitude para dar busca e apreensão ao dinheiro suprimido do povo do Pará nessa experiência famigerada da Amafrutas.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ouço, com o maior prazer, o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – V. Ex^a fala, nobre Senador Heráclito, do insucesso da mamona no Piauí. Não foi produzido?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Fracasso.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – A que se deveu a baixa produtividade?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ao preço. O empresário induziu os agricultores ao plantio, jogou o preço lá embaixo, o que não compensa. E deu um fungo na mamona. Foi uma arapuca.

Aliás, a arapuca é uma prática desse Governo. O Governo do Lula comprometeu-se em restabelecer o Correio Aéreo Nacional. Fez no Acre uma festa que, entre aviões, helicópteros e rega-bofe – não afirmo, não quero ser leviano –, durou dois dias. Não sei se o Lorenzetti foi o churrasqueiro oficial na época, mas vou perguntar ao Senador Tião Viana na segunda-feira. E escolheram a cidade de Manoel Urbano. Minha gente do Acre, por que estou lembrando desse nome? Pela quantidade de e-mails que recebo do Acre, de pessoas revoltadas com isso. E nunca mais aconteceu vôo.

Aliás, tem sido assim. Vai para o Amazonas, fala no gasoduto, inaugura um pingô de solda e fica por

isso mesmo. Promete o linhão de Tucuruí. Deu circuíto, fica por isso.

Senador Ney Suassuna, que bom seria se o próximo governo não fizesse plano nem projeto para os próximos quatro anos, se se encarregasse de cumprir as promessas do Presidente Lula feitas no atual Governo. Ele já estaria com a agenda de trabalho cheia, e este País realmente iria ver obras como nunca.

Aliás, antes de dar o aparte, quero lembrar aqui um episódio pelo qual lutamos muito nessa discussão. V. Ex^a se lembra de que, há um ano e meio – a Senadora Heloísa Helena, com certeza, lembra-se disso –, protestei, no dia da aprovação do Orçamento, porque, às 15 horas, chega uma mensagem do Governo, incluindo a liberação de R\$2,8 bilhões – acho que o número era esse – para obras de infra-estrutura, produto de um acordo do Governo brasileiro com o FMI. V. Ex^a deve lembrar-se bem disso. Para estranheza nossa, esses recursos todos eram para tapa-buraco. Não havia nada de estrada nova. Pois bem, às 15 horas. Aí veio aquele espírito republicano, misturado com a vontade de chegar em casa na noite de Natal – “Vota, vota, vota, porque é bom para o Brasil, é a salvação do Brasil!” No dia seguinte, o Governo mandou o plano, e até hoje estamos esperando. Quanto é que foi gasto do dinheiro desse acordo? O que foi cumprido? É incrível!

Senador Suassuna, não me lembro se V. Ex^a já estava...

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Esse dinheiro era para a BR-101. Em três áreas, Rio Grande Norte, Paraíba e Pernambuco, foram iniciadas as obras de duplicação da BR-101. Creio que foi...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não, não foi com esse recurso. Tivemos até uma discussão aqui...

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Porque o Piauí não estava e a Paraíba estava.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não, não foi isso. V. Ex^a conseguiu uma emenda para uma estrada que liga Pernambuco ao Rio Grande do Norte, e nós discutimos aqui sobre a origem desse recurso.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Que era do Fundo Monetário.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu até defendi a tese de que, se fosse do FMI, o dinheiro teria obrigatoriamente que ser gasto, porque havia um prazo determinado.

Não sei se a obra foi feita ou não, mas, mesmo assim, o Governo brasileiro descumpriu. Até porque era um acordo de dez milhões para aliviar o superávit primário – acordo muito interessante para economia brasileira –, e não foi feito.

Recentemente, Senador Ney Suassuna, vivemos aqui um problema de última hora: o Governo querendo aprovar R\$23 bilhões para a Transpetro. Veja bem!

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – São R\$5 bilhões para os navios da Transpetro.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Perdão, são R\$5 bilhões para gastos em 23 anos.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – BNDES, era aumento de limite de crédito.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-Sol – AL) – Para os navios de uma empresa privada, que vai ganhar muito dinheiro com isso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Exato! E o que vamos ver? A alegação, Senadora Heloísa Helena, de que era para fortalecer a Marinha Mercante. Ora, a Marinha Mercante que se fortalece é a dos pequenos barcos, feitos na Amazônia, no Pará, para transportar a classe de pouca renda e evitar os acidentes constantes que acontecem, principalmente na região da Amazônia, nas vias líquidas do Centro-Oeste brasileiro. Para navio desse porte, com o capital e o prestígio que possui, a Petrobras conseguiria lá fora empréstimos mais vantajosos, sem onerar nem sacrificar a Marinha Mercante brasileira, pela qual o Presidente tanto se vangloria de ter feito mundos e fundos no seu Governo.

Aliás, Senadora Heloísa Helena, a pressa era algo injustificável, porque menos de 10% seriam gastos neste ano. Era dar uma garantia de longo prazo para um *pool* de empresas. Confesso que nem sei quais são as empresas envolvidas; fico até com medo de o Lorenzetti, um homem de muitos instrumentos, estar por trás dessas empresas, ser um dos articuladores. Como ele é captador internacional, minha preocupação é essa. As coisas não são claras.

Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a conviveu com o PT durante muitos anos. Tenho certeza de que, nas discussões, V. Ex^a nunca viu o PT fazer um seminário, por exemplo, de como arrecadar dinheiro de maneira incorreta, de como instituir caixa dois sem deixar rastro. Como é que essa gente aprendeu com tanta rapidez em tão pouco tempo? O que mais irrita é o cinismo e a recorrência do mesmo fato. Senador Suassuna, no Piauí, há um ditado que diz que cachorro mordido de cobra corre com medo de língua. Era de se esperar que, quando houve a primeira crise e o Presidente veio a todos nós pedir apoio à governabilidade, eles tivessem aprendido. Mas esse dossiê mostrou que não. Eles apenas tentaram sofisticar os seus métodos.

Senadora Heloísa Helena, ainda vamos discutir muito aqui sobre gastos de campanha, sobre campanhas milionárias feitas nos Estados. O Nordeste faminto conviveu com campanhas milionárias de candidatos que, num passado recente, faziam cotas, vendiam

bottom e distribuíam retratinhos modestos, em preto e branco, com fotografias desbotadas e descoloridas. Hoje todos aderiram à modernidade. Ainda vamos ouvir falar muito.

Senador Suassuna, lembro-me de que fui acusado por um Deputado Estadual do Piauí, que era Presidente do PT, de ter feito uma eleição para o Senado cara. Foi cara, mas a minha não tinha caixa dois, e o deputado que me acusou elegeu-se deputado estadual no Piauí gastando R\$20 mil, sendo que, nas suas declarações, constavam 52 camisetas.

Vou ficar só nesse item para não chegar ao resto. Depois que o escândalo do caixa dois estourou, vimos qual era o milagre dessa gente de fazer eleição tão barata.

Ouçó, com o maior prazer, o aparte do Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Preocupe-me quando V. Ex^a falou sobre o problema da mamona porque estamos fazendo um programa intensivo de plantação de mamona em todo o Nordeste. Gostaria que V. Ex^a aprofundasse as informações, não agora, não aqui, mas em uma próxima semana. Peço a V. Ex^a que traga o assunto à baila para que não incorramos, de novo, nesse erro que já ocorreu no Piauí, como V. Ex^a acabou de descrever.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Ney Suassuna, sei que V. Ex^a é um homem que, a vida toda, lutou na iniciativa privada e que conseguiu ter sucesso. V. Ex^a é um homem de gosto fino. Mas me permita fazer-lhe um convite. Sei que V. Ex^a só aceita viagens para lugares em que se carimba passaporte. Não é o caso do Piauí. Mas convido V. Ex^a para irmos ao Piauí ver como está a situação.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Irei com muito prazer e muita honra na certeza de encontrar áreas desenvolvidas no Piauí, Estado que tem crescido muito e se desenvolvido em uma velocidade até surpreendente em relação ao restante do Nordeste.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O crescimento do Piauí é um pouco diferente daquele que o PT anuncia. Mas o Estado está crescendo, graças à iniciativa de empresários corajosos, arrojados e ao momento brasileiro, que é favorável.

Imagine V. Ex^a o Piauí com um Governador do mesmo partido do Presidente da República e um Presidente da República com compromissos com o Nordeste! Estaríamos vivendo outra situação.

Senadora Heloísa Helena, com a permissão do Senador Ney Suassuna, quero falar sobre pesquisa. O Dr. Ulysses Guimarães, em 1989, disse – já falei sobre isso aqui, mas vou repetir – que os institutos de pesquisa transformam margem de erro em margem de lucro. E

os fatos mostram isso. Basta termos o cuidado de examinar os erros cometidos pelos institutos, no primeiro turno, nas eleições para Governador, para Senador e para Presidente de República, e veremos o caso clássico da eleição para o Senado em São Paulo, que ajudou a salvar nosso querido amigo Senador Eduardo Suplicy. Os institutos divulgavam uma diferença de vinte ou trinta pontos, mas foi de apenas um dígito. E a situação da Bahia? Davam vitória de um candidato em primeiro turno, mas o vitorioso foi outro. Se examinarmos o que ocorreu em todo o Brasil, comprovaremos isso.

O que temos visto na campanha atual são os presidentes de institutos, que geralmente optavam por ter postura discreta, irem descaradamente aos programas de televisão como torcedores, como partícipes partidários.

Quantos dirigentes de institutos deram como irreversível a vitória do Sr. Lula no primeiro turno? O mesmo está sendo feito, agora, quando se vê que a realidade brasileira é outra. V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, foi vítima, no primeiro turno, de imputarem-lhe palavras sobre atitudes que tomaria, se eleita Presidente da República, as quais não lhe passaram pela cabeça. Eu estava em Maceió, Senador Ney Suassuna, e uma senhora me mostrou um panfleto apócrifo atribuído ao Geraldo Alckmin dizendo que, se eleito, como médico, legalizaria a eutanásia. Coitada! Ela, como católica...

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL. *Fora do microfone.*) – Imagine o que fizeram comigo!

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois é isso, ela estava revoltada.

Quanto a essa questão, Senador Ney Suassuna, da privatização, que o Governo tanto combate, não se vê um ato do Governo de reestatização. E houve até uma grande oportunidade. Quando a MCI, detentora das ações da Embratel, teve dificuldades e fechou, o Governo podia ter reassumido o controle e não o fez. Agora, o Governo precisa explicar por que a Embratel foi parar nas mãos de um empresário mexicano, chamado Carlos Slim Helú, proprietário da Telmex. Aliás, o Sr. Roberto Jefferson deu declarações, publicadas no Jornal do Brasil, de que parte daquele volume de dinheiro que aqui chegou tinha origem na Telmex. Mas esse pessoal é esperto. Hoje já se lê uma notícia em que a Telmex anuncia que está tendo prejuízo no Brasil. É uma defesa prévia.

Senador Ney Suassuna, V. Ex^a falou sobre transposição.

O Lula, que falou durante quatro anos na transposição do São Francisco, não fez um metro de irrigação no semi-árido nordestino, compreendido naquele Projeto

Pontal, em Petrolina, e Canaã, em Juazeiro, salvo engano. Todos os Presidentes anteriores fizeram algo.

O clássico, Senadora Heloísa Helena, da intenção do Senhor Presidente foram exatamente dois discursos proferidos por ele: um em Natal, fazendo a apologia da transposição e dizendo que não fazia aquilo porque os ricos não queriam; e o seguinte, em Aracaju, dizendo ao Déda que a transposição era impossível, porque não havia água para isso. Durma-se com esse barulho!

O “Senhor Salvador da Amazônia”, fora onerar PIS e Cofins, prejudicando a Zona Franca e os industriais daquela região, de concreto, nada fez.

Penso, minha cara Senadora, meu caro Senador, que alguma coisa precisa ser modificada com relação à lei eleitoral. O primeiro ponto é acabar com o excesso de proteção que o “marqueteiro” dá ao candidato, porque o candidato consegue, com a genialidade do “marqueteiro”, esconder a sua cabeça. O custo disso ninguém sabe. E quando estoura uma crise, descobre-se que há dinheiro lá fora pago de maneira que só Deus sabe como e o candidato, imaculado, assume a Presidência da República. Aliás, temos o exemplo de um primeiro desastre que veio de onde vem a Senadora Heloísa Helena.

O candidato tem que ter obrigação, porque vai dirigir um Estado ou um País, de se submeter a debate, à mesa-redonda, da qual participe a sociedade organizada, da qual participe a imprensa... Essa pirotecnia dos programas eleitorais termina transformando o horário gratuito no que há de mais caro numa campanha eleitoral, porque os “marqueteiros” passam a ser os tutores dos candidatos, que, temendo erro de campanha, erro de estratégia, erro de *marketing*, transformam-se em verdadeiras criancinhas nas mãos de babá. Sabe V. Ex^a – a história nos mostra – que algumas babás, inclusive, induzem medicação às crianças de que cuidam para lhes diminuïrem o trabalho. O trauma se vê depois.

O que acontece é isso. Temos que ter transparência nesse processo eleitoral, para não continuarmos, Senador Ney Suassuna, vivendo esse engodo.

Encerro minhas palavras dizendo que tive uma feliz experiência nesta campanha, percorrendo o Brasil de ponta a ponta, indicado que fui pelo meu partido para coordenar a campanha de Geraldo Alckmin. Aprendi, na convivência, a admirar uma figura altamente bem-criada, de bons propósitos e, acima de tudo, de um profundo respeito pelo patrimônio público. Alckmin, produto de uma escola de homens públicos capitaneada por Mário Covas, governou São Paulo e não teve seu nome envolvido em escândalos; homem de hábitos simples, de patrimônio, aliás, menor do que o do candidato trabalhador. Se pegarmos as declarações de renda do Alckmin e do Lula,

veremos que o patrimônio do Alckmin é menor, embora tenha sido médico e Deputado por longo tempo.

O Lula tem uma aposentadoria de R\$ 4.600,00, que, tendo-se por base a aposentadoria do trabalhador brasileiro, não é pequena, mas, evidentemente, não é suficiente se comparado ao nosso candidato Alckmin.

Tirando isso de lado, o que eu queria dizer é que poucas vezes este País viu um candidato com garra, com juventude e com disposição para enfrentar as diferenças sociais aliadas a uma bagagem administrativa de experiência como Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal, Vice-Governador e Governador de São Paulo.

Mas esta campanha, Senadora Heloísa Helena, trouxe alguns pontos positivos, principalmente no primeiro turno. Por dever de justiça, faço questão de citar a candidatura de V. Ex^a e a de Cristovam Buarque. Para mim, essas duas candidaturas simbolizam um fato muito importante no momento que vivemos: que nem todos dizem amém.

V. Ex^{as} são pessoas que nasceram na história de um partido em que acreditaram, uma história baseada em luta e, acima de tudo, em moralidade. Durante longos anos, o partido prometeu ao País varrer da nossa história vários erros, vários pecados, principalmente o maior de todos: a corrupção.

Porém, ao assumir o poder, jogou-se de lado toda uma trajetória, transformando em passado a luta de muitos que acreditaram em um projeto e deram alguns anos de suas vidas a ele.

Senadora Heloísa Helena, teremos nós o prazer da convivência com V. Ex^a por mais alguns meses. Mas fique absolutamente certa de que, estando onde estiver, V. Ex^a vai sair maior do que entrou nesta Casa.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a pela generosidade das palavras, Senador Heráclito.

Sabem todos como foi preciosa para mim esta campanha eleitoral. Combati o bom combate, estou de cabeça erguida, de consciência tranqüila. Não roubei, não fingi que não via quando roubavam, fazendo parte da roubalheira. Não fui cúmplice de nenhuma gangue partidária e de nenhum bando político. Não traí a minha classe de origem. Não enriqueci na política. Portanto, estou bastante cansada, mas muito feliz, de consciência tranqüila e de cabeça erguida porque combati o bom combate.

Espero que aquela parte da classe política brasileira que não o tem seja capaz de ter vergonha na cara e amor no coração. Espero que haja sabedoria e iluminação para que as pessoas possam votar pelo que é melhor para o Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação

de emendas ao **Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2006**, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, que *autoriza os Estados Federados e o Distrito Federal a explorar loterias*.

Ao Projeto foram apresentadas duas emendas, que passo a ler.

São lidas as seguintes:

EMENDA Nº 1 – PLEN

Apresentada ao Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2006, que “autoriza os Estados Federados e o Distrito Federal a explorar loterias”.

Dê-se ao parágrafo único do art. 2º do PLS 278/2006 – que autoriza os Estados Federados e o Distrito Federal a explorar loterias, a seguinte redação:

“Art. 2º

Parágrafo único. Não serão aprovadas loterias com características semelhantes aos produtos lotéricos explorados pela Caixa Econômica Federal, ressalvadas as competências já reservadas aos Estados no Decreto-Lei nº 204/67.”

.....

Justificação

O Decreto-Lei nº 204/67, já reservava aos Estados e Distrito Federal a competência para exploração das chamadas loterias de bilhetes. Sendo este projeto uma iniciativa com a finalidade de revitalizar as loterias estaduais, deve acrescentar competências e não suprimi-las. Exemplificativamente, os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais já exploram modalidades lotéricas de bilhetes. Esta emenda visa manter a coerência do projeto.

Sala da Comissão, – Senador **Gilberto Mestrinho**.

EMENDA Nº 2 – PLEN

Apresentada ao Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2006, que “autoriza os Estados Federados e o Distrito Federal a explorar loterias”.

Acrescente-se ao art. 3º do PLS nº 278/2006 os seguintes parágrafos:

Art. 3º – (...)

§ 1º Para efeitos desta lei, considera-se produto da arrecadação a receita bruta de vendas, deduzida da premiação os impostos diretamente incidentes sobre ela.

§ 2º Para a modalidade lotérica bingo, o regulamento poderá estabelecer percentual distinto do previsto no **caput** deste artigo, considerando-se o giro de apostas.

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal deverão prestar contas dos recursos aplicados de acordo com o disposto no **caput** deste artigo junto à Caixa Econômica Federal.

Justificação

O parágrafo 1º destina-se a aclarar o real sentido de produto da arrecadação, uma vez que na atividade lotérica, pela sua natureza, a premiação oferecida ao apostador não se constitui receita do órgão promotor.

O relatório final da CPI recomendou a regularização da modalidade lotérica denominada bingo, visando à exploração pelos Estados e Distrito Federal. Nesse sentido, importante que se excepcione daquele percentual, esta modalidade, vez que pelas características do jogo de bingo – com alto giro de apostas – a receita da entidade promotora deverá ser considerada pelo saldo final entre os ganhos e perdas a cada entrada, ou ainda pelo estabelecimento de uma tarifa única na aquisição do crédito;

Sala das Sessões, 24 de outubro de 2006. – Senador **Leomar Quintanilha**.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – As emendas, juntadas ao processado da referida matéria, vão ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, abusando da paciência de V. Exª, eu gostaria de pedir a transcrição, nos Anais da Casa, de um artigo de Lourenço Cazarré intitulado “Cleptopeleguismo: criação brasileira”. Ele descreve exatamente o que é isso.

Diz ele:

(A expressão “sem similar na história mundial” fica por conta do grande líder do novo regime, um cidadão que – segundo a oposição – sofre de facúndia mitomegalômana, doença contagiosa que, pelo que se sabe, irradiou-se para toda a América Latina a partir de Caracas.)

Segue:

A agremiação surgiu no início dos anos 80, no ABC paulista, com um nome de fantasia: Partido dos Trabalhadores. Um dos companheiros fundadores, detalhista, queria um nome mais extenso para a nova agremiação: Partido dos Trabalhadores Bem Remunerados,

alegando que a sigla só tinha apoio na nata dos operários de então: os metalúrgicos.

E por aí vai.

Eu gostaria que V. Ex^a permitisse a transcrição nos Anais da Casa do texto que ora solicito.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES EM
SEU DISCURSO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Cleptopeleguismo: criação brasileira

Lourenço Cazarré

Tenho um amigo que, quando jovem, alimentou uma profunda simpatia pelo comunismo, mas deixou de admirá-lo alguns anos depois de ter tomado conhecimento do assassinato de dezenas de milhões de vítimas inocentes. Quando perguntei por que havia demorado tanto a se decidir pelo rompimento, ele me respondeu que um sujeito progressista não muda suas idéias por pouca coisa.

Depois, já mais espiritualizado, esse amigo caiu de amores pelo regime criado pelos aiatolás. Mas se decepcionou quando as mulheres foram obrigadas a usar aquelas roupas horríveis: não gostou do corte e menos ainda das cores, escuras, que fazem as coitadas suar um bocado.

Sua terceira grande desilusão política veio na época em que passou a flertar seriamente com a direita. Quando o Bush venceu a eleição (fraudada, é verdade), esse amigo achou que os americanos iriam invadir a China e a Rússia, ao mesmo tempo, só pra mostrar que são cáubois machos. Mas como eles se contentaram com o Afeganistão e o Iraque, o cara se desiludiu. Lembro que, certa vez, eu disse a ele que o Bush não sabe organizar frases com três palavras, mas ele alegou que um sujeito para administrar os Estados Unidos só tem que conseguir ler um gibi do Mickey. E isso o Bush alcança, jurou.

Pois bem, depois de perder o interesse pelo comunismo, pela teocracia e pela caubocracia, meu amigo ficou meio sem rumo ideológico.

Achava que havia visto tudo em política e que nenhum outro regime seria capaz de surpreendê-lo positivamente. Mas, dia desses, eu o encontrei muito entusiasmado, exultante.

Aos gritos, ele me disse que o Brasil, a nação mais criativa da terra, conseguiu inventar um novo e surpreendente regime político, capaz de amalgamar, num governo coeso, dois grupos aparentemente opostos: jovens sindicalistas pobres de esquerda treinados em administrar as gordas contas dos mais ricos sindicatos do país e velhos coronéis de direita, donatários de feitorias no Nordeste, mestres em fazer riqueza em estados miseráveis.

Trata-se do cleptopeleguismo, me disse ele, um sistema político sem similar na história mundial.

(A expressão “sem similar na história mundial” fica por conta do grande líder do novo regime, um cidadão que – segundo a oposição – sófre de facúndia mito-megalômana, doença contagiosa que, pelo que se sabe, irradiou-se para toda a América Latina a partir de Caracas.)

Vejamos a argumentação desse meu amigo:

O cleptopeleguismo sustenta-se, obviamente, numa grande agremiação política: o Partido do Dinheiro Vivo (PDV). Sigla partidária que execra os banqueiros, o PDV quita todos seus compromissos em cash porque, programaticamente, é contra pagar CPMF.

A agremiação surgiu no início dos anos 80, no ABC paulista, com um nome de fantasia: Partido dos Trabalhadores. Um dos companheiros fundadores, detalhista, queria um nome mais extenso para a nova agremiação: Partido dos Trabalhadores Bem Remunerados, alegando que a sigla só tinha apoio na nata dos operários de então: os metalúrgicos. Para não ser chamado de traidor, fez uma ressalva: disse

que as montadoras pagavam bem não por serem generosas, mas porque, com o mercado nacional fechado para importações, podiam vender aqui carroças a preços estratosféricos. O detalhista foi voto vencido.

Passaram-se os anos, o partido cresceu e o cricri voltou a incomodar. Queria mudar o nome da agremiação para Partido dos Trabalhadores no Serviço Público. Alegou que esse seria o nome ideal já que, então, a quase totalidade dos militantes vinha das repartições. Era inegável, acrescentou ele, que os funcionários eram os únicos que podiam entrar nas greves promovidas mensalmente pelo partido sem correrem o risco de serem demitidos. De novo, o detalhista perdeu a parada. Coerente com o faro dos seus fundadores, o partido destacou-se por ganhar eleições para sindicatos. Qualquer sindicato. Sabiam os militantes, treinados pelos fundadores, que mesmo o menor dos sindicatos sempre tem, digamos, fundos. Mais uma vez o detalhista tentou abrir a boca, mas a sua boca foi fechada. Parece que com obturações de chumbo.

Nos anos 90, o partido não parava de avançar em todo o país e o cleptopeleguismo se estruturava rapidamente. Ganhando prefeituras do Estado de São Paulo, os dirigentes partidários especializaram-se no estudo dos intrincados mecanismos financeiros que azeitam os sistemas de coleta de lixo e de transportes urbanos. Menos sofisticados, os militantes gaúchos se interessaram mais pelo jogo do bicho. Em nível nacional, ainda na oposição, os quadros do partido, sempre buscando uma áurea eficiência, adestraram-se na administração dos gordos recursos do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador.

No poder, a partir de 2003, a liderança do partido pode pôr em prática, no âmbito nacional, seu longo aprendizado. Com uma sólida maioria, cunhada em torno de um peculiar sistema de financiamento público da bancada governista no legislativo, sempre em grana viva, o cleptopeleguismo soube implantar, sem retoques, o corajoso programa econômico que herdara dos antecessores, bem como aprofundar os programas sociais (que também recebeu de herança), mas com o nome alterado e sem as contrapartidas, porque esse negócio de cobrar retribuição das pessoas pobres é coisa de elitistas.

Agora, na véspera da eleição, o cleptopeleguismo enfrenta uma grande batalha ideológica contra seus mais tradicionais adversários. O PDV, que sempre lutou programaticamente contra a privatização, hoje se empenha por ela também pragmaticamente. Os anos de poder ensinaram aos militantes do partido que as empresas estatais devem ser defendidas daqueles que pretendem vendê-las. Alegam os pedevistas que as estatais podem render mais se tiverem recursos fartos para publicidade e licitações.

E concluiu esse meu amigo: se tivesse que encontrar uma definição mais exata para o cleptopelego, eu diria é todo aquele cidadão que mostra o seu mais desinteressado apego às empresas estatais, sem levar em conta, jamais, que elas têm à sua disposição milhares de cargos de confiança regiadamente remunerados.

() Jornalista e, principalmente, ficcionista, mora em Brasília*

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Alvaro Dias, Antero Paes de Barros, Almeida Lima, Juvêncio da Fonseca, Flexa Ribeiro, Marcos Guerra e a Sr^a Senadora Lúcia Vânia enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, os factóides em série, o uso recorrente da mentira, “arrogância truculenta” – expressão cunhada por Arnaldo Jabor – marcam a atual campanha do Partido dos Trabalhadores.

Quanto tempo desperdiçado pelo candidato Geraldo Alckmin para desmentir os boatos disseminados de forma orquestrada pelo Partido dos Trabalhadores: da privatização à extinção de programas sociais.

No último debate promovido pela TV Record, o candidato Geraldo Alckmin alertou sobre o risco de uma escalada dos preços dos alimentos.

O candidato à reeleição, após desdenhar da avaliação feita por Geraldo Alckmin, afirmou que recorrerá à importação de alimentos para combater eventuais aumentos.

A Confederação Nacional da Agricultura – CNA – ratificou por intermédio de seu superintendente técnico, Ricardo Cotta – a avaliação do candidato Geraldo Alckmin feita durante o debate da TV.

Segundo a CNA os preços dos alimentos vão subir! A elevação deverá ocorrer de forma mais significativa nos derivados do trigo, como o pãozinho, o macarrão e as massas, além do arroz e da carne bovina.

Todos os levantamentos feitos pela CNA apontam uma tendência de elevação continuada dos preços.

Atenção. Em junho passado, os preços agrícolas atingiram o menor nível dos últimos 50 anos. Agora os dados mostram uma reversão acentuada dessa trajetória.

Um conjunto de fatores contribuiu para a redução dos preços agropecuários nos últimos anos. A questão do câmbio valorizado somado a crise de rentabilidade que desestimulou novos investimentos, sem falar que os

produtores enfrentaram também problemas sanitários, compõem o cenário trágico da agropecuária.

Nesse contexto gostaria de mencionar um dado sobre o Paraná. Desde o início da crise na agricultura, em 2004, chega a 39% a perda de faturamento do produtor paranaense nas três principais culturas do estado – soja, milho e trigo.

Enquanto há dois anos o faturamento médio por hectare era de R\$1.407,01, está reduzido a R\$859,00 – uma diminuição de R\$547,15/ha (39%). O cálculo é da economista da federação da agricultura do Estado do Paraná (Faep), Gilda Bozza.

Nestes dois anos, no caso específico da soja, 76% da perda de faturamento é resultado da queda de preços; 20% da queda de produção e 4% da redução de área.

Entre 2004 e 2006 houve uma redução expressiva nos preços dos produtos agrícolas: a cotação da soja recuou 36,5%, o milho caiu 25,8% e o trigo 22,1%. a produção de soja, milho e trigo, em igual período, caiu de 24,39 milhões de toneladas para 21,93, equivalente a uma perda de produção de 2,46 milhões de toneladas (-10%).

Dimensão da crise na agricultura foi escamoteada pelo candidato à reeleição ao longo da campanha eleitoral !!!

Segundo um estudo da organização para cooperação e desenvolvimento econômico – OCDE –, o produtor brasileiro, ao contrário da maior parte dos agricultores do mundo, não tem praticamente nenhum tipo de apoio governamental para minimizar os riscos e oscilações que a atividade permeia.

O estudo da OCDE destaca que o apoio ao produtor brasileiro, medido pelo conceito de PSE – estimativa de apoio ao produtor – corresponde a apenas 3% do valor bruto das receitas com a comercialização agropecuária. Esse percentual é um dos mais baixos do mundo. a china concede 8% de apoio a sua agropecuária, estados unidos 17%, Canadá 22%, enquanto na união Européia o índice chega a 30% de apoio a seus agricultores.

A maior parte do pequeno apoio concedido aos agricultores brasileiros é repassada na forma de transferência via crédito rural, com taxa de juros ainda extremamente elevada se comparada a outros países. a OCDE ressalta que apenas 23% da necessidade de recursos para o plantio da safra são fornecidos pelo sistema financeiro e, mesmo assim,

parcela significativa do crédito é concedida com taxa de juros livres.

Uma agenda de crescimento econômico, bem como uma avaliação realista da crise vivida pela agricultura no Brasil só foi realmente apresentada pelo candidato Geraldo Alckmin nessa campanha.

O choque de gestão proposto por Alckmin teria início com a implantação de um governo sério e que não toleraria a corrupção.

Atenção: segundo estudo feito pelo coordenador da escola de economia de São Paulo, da fundação Getúlio Vargas, Marcos Fernandes, a perda da produtividade provocada por fraudes públicas no Brasil atinge a casa de US\$3,5 bilhões por ano (R\$7,5 bilhões).

Como reivindicam as mais credenciadas lideranças empresarias, o Brasil precisa de um crescimento chinês, ancorado no investimento em infra-estrutura, para produzir pib maiores entre 8% e 10% a cada ano.

O Brasil ficou para trás nos últimos anos! Não foram criadas nem as condições internas para atrair o investimento.

Esse respeito um estudo do Banco Mundial atribuiu uma nota baixíssima ao Brasil em requisitos como qualidade regulatória, eficácia das leis e das ações do governo.

De zero a 100, segundo critérios estabelecidos pelo Banco Mundial, Botsuana tem um governo mais eficaz que o Brasil – 75 contra 55. o mesmo acontece com a questão da qualidade regulatória – 71 contra 55.

No que se refere ao crescimento econômico, pelo segundo ano consecutivo, o produto interno bruto do Brasil só deve crescer mais que o do Haiti entre os países da América Latina.

Segundo **ranking** de 19 países preparado pela consultoria Austin Rating a partir de dados do FMI, da Cepal e do Banco Central, se em 2006 o Brasil crescer 3% como prevêem em média as mais de cem instituições financeiras consultadas para a elaboração do boletim Focus, só o Haiti, que continua em guerra civil, terá uma alta menor do pib, de 2,3%.

Nesse cenário, o Brasil vai empatar com o Equador, que também crescerá 3%, e ficará atrás de países como Paraguai (3,5%), El Salvador (3,5%), Costa Rica (3,7%) e Bolívia (4,1%).

Os juros estratosféricos, ainda são o principal entrave para a economia brasileira, segundo especialistas.

Para o professor do Instituto de Economia da Unicamp, Márcio Pochmann, para “salvar a década” e o Brasil crescer entre 5% e 6% ao ano o próximo presidente terá obrigatoriamente que enfrentar o problema dos juros.

Dados: o juro real no Brasil é de 9,3% ao ano, o juro real mais elevado do mundo !!!.

A Turquia, economia incipiente se comparada à brasileira, pratica juros reais de 6,2%. é a segunda maior taxa do planeta.

Um patamar de juro real estratosférico como esse – 9,3% ao ano – transforma investimentos em perigosa aventura, semeando insegurança e ameaçando a economia, como destacou o Presidente da Fiesp, Paulo Skaf.

Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é para fazer o registro da matéria intitulada “Vice da OAB acusa Lula de desestimular a PF”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 28 de setembro de 2006.

A matéria destaca que para o vice-presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Aristóteles Atheniense, o Presidente Lula erra ao dizer que ninguém é suspeito antes de esgotada a investigação porque desestimula a Polícia Federal.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Vice da OAB acusa Lula de desestimular a PF

Para Atheniense, presidente erra ao dizer que ninguém é suspeito antes de esgotada a apuração

Rodrigo Perelra

O vice-presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Aristoteles Atheniense, disse ontem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva "desestimula" a Polícia Federal ao fazer declarações de que ninguém pode ser responsabilizado por infrações até que todos os recursos estejam esgotados.

"A Polícia Federal tem feito um trabalho primoroso, usado estratégia, técnica e inteligência para investigar", avaliou Atheniense. "Mas o presidente da República, ao afirmar seguidas vezes que ninguém pode ser responsabilizado até o último recurso na Justiça, leva à conclusão de que todo esforço da Polícia Federal não tem valor algum."

Ontem por exemplo, Lula desqualificou a ordem de prisão de seis petistas envolvidos com o dossiê Vedoim, dizendo ver "uma jogada política neste pedaço aí". Para o vice-presidente da OAB, Lula de fato deu condições de funcionamento à PF, mas o discurso de que a instituição nunca teve tanta liberdade para investigar fica esvaaziado quando o presidente sai

em defesa de seus homens de confiança implicados em escândalos. "O policial se sente numa situação muito difícil, porque para ele já há elementos suficientes para alguém ser indiciado. E vem o presidente da República e só falta dizer que o indiciamento não significa nada."

Atheniense usou a queda dos ex-ministros José Dirceu e Antonio Palocci e do ex-tesoureiro

do PT Delúbio Soares como exemplos da estratégia presidencial de tentar proteger comitês. "É um alheamento completo. A gente tem a impressão de que o gabinete do presidente ficaria a quilômetros e quilômetros de seus auxiliares", ironizou.

Para o advogado, o presidente quer a PF investigando conforme as conveniências. "A pro-

va de que não há interesse em investigações) é o caso de Antero (apreendido com petistas) e depende da PF, então a apresentação desse dinheiro, grafado, filmado, feito para ser feito", disse.

O vice-presidente da OAB criticou o argumento de que o dinheiro não foi usado para a causa da eleição. "O presidente é ansioso por saber o que aconteceu. Isso iria na verdade para o eleitor, aumentar o bem-estar na hora de votar", disse. E completou: "A pessoa anterior não sabia se há uso eleitoral do dinheiro". *

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada "Céu sem despesas", publicada no **Jornal do Brasil** em sua edição de 30 de agosto do corrente.

A matéria mostra que o programa de governo do presidente-candidato Luiz Inácio Lula da Silva não faz menção aos escândalos de corrupção que foram uma constante em todo o seu governo. A matéria mostra, também, que grande parte das promessas da campanha de Lula, em 2002, não foram cumpridas.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

céu sem despesas

Documento evita falar em corrupção

Ao tentar fazer um balanço do fim dos quase quatro anos de mandato do presidente-candidato Lula, o programa de governo não faz menção direta aos escândalos de corrupção. Na reunião mais próxima, o documento afirma que falta autoridade moral à oposição para fazer críticas ou falar sobre ética.

“Como podem falar em ética os reitores da privatária que enriqueceram parte das estatais em processos marcados por graves irregularidades?” questiona o documento que

também integra o campo eleitoral e escolhe a sigla de seu partido, o PT. A legenda só aparece na contracapa do caderno.

As críticas aos oito anos de governo Fernando Henrique precedem o enunciado de propostas e ocupam oito das 30 páginas do programa. Segundo o coordenador do programa, Marco Aurélio Garcia, os comentários tiveram a função de mostrar os desafios encontrados pelo governo Lula em 2003 e justificar eventuais medidas impopulares adotadas no mandato.

– O combate à sonegação e a geração de empregos cumprirá o papel de reduzir o déficit previdenciário – acredita o presidente do PT, Ricardo Berzoini.

O texto tampouco menciona a reforma tributária. (K.C.)

33 Embora sejamos chamados de assembleístas, foi isso o que fizemos

Luiz Inácio Lula da Silva,
presidente e candidato

O Discurso forçado e popular

Lula na Casoratti

• SÃO PAULO. O presidente-candidato Luiz Inácio Lula da Silva fez esforço para demonstrar que governa para maioria do povo e ressaltou a “multi-representatividade” das forças sociais e políticas presentes ao lançamento do programa para eventual segundo mandato.

Esse tom vai na mesma direção da proposta defendida nos últimos dias por aliados do presidente, de construir um governo de coalizão no período

2003-2009 para facilitar as reformas constitucionais necessárias ao desenvolvimento do país.

Sem citar metas, Lula falou das diretrizes gerais — e nada polêmicas — do programa de governo sob o “guarda-chuva” do crescimento com distribuição de renda. Lula evidenciou o “momento bom” do país.

Lula acrescentou que foi no seu governo que os reitores, negros e sem-teto pisaram no Palácio do Planalto.

– Embora sejamos chamados de assembleístas, foi isso o que fizemos e pretendemos fazer muito mais – enfatizou.

Do início ao fim, o candidato-presidente listou exemplos de abertura de seu governo para reivindicações de todos os segmentos econômicos e sociais.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, venho à tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Será possível que ninguém se toca?”, de autoria do jornalista Arnaldo Jabor, publicado no jornal **O Globo** em sua edição de 17 de outubro do corrente.

O autor, em seu artigo, trata da possibilidade de reeleição do presidente Lula e afirma que “As conquistas da redemocratização estão ameaçadas pelo projeto petista de poder”.

Para Jabor, a reeleição de Lula “nos levará a um retrocesso político trágico. Em pouco tempo, podemos ter a volta da inflação, caos político, ruptura institucio-

nal – tudo na contramão das necessidades de modernização do país”.

Sr. Presidente, requiero que o artigo de autoria do jornalista Arnaldo Jabor seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALMEIDA LIMA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Estamos vivendo um momento histórico delicadíssimo. As conquistas da redemocratização estão ameaçadas pelo projeto petista de poder. A agenda óbvia para melhorar o Brasil é um consenso entre grandes cientistas sociais. Vários prêmios Nobel concordam com nossos pontos essenciais de reforma política e administrativa, que fariam o país decolar. Mas os despreparados sindicalistas e ex-comunas Ignorantes têm um programa que nos levará a um retrocesso político trágico. Em pouco tempo, podemos ter a volta da inflação, caos político, ruptura institucional — tudo na contramão das necessidades de modernização do país. Eles prometem medidas que nos jogarão de volta aos anos 50 ou para trás, pelo viés burro de um "socialismo" degradado num populismo estatizante; o lullismo. Enquanto isso, os cidadãos que comeram e estudaram, intelectuais e artistas cultos, os que bebem nos bares e lêem jornal ficam quietos. O Brasil está sendo empurrado para o buraco, e ninguém se toca?

O que vai acontecer com esse populismo-voluntarista-estatizante é óbvio, previsível, é bê-á-bá em ciência política. "Sempre foi assim..." — se consolam.

Mas não. "Nunca antes", um partido montou um esquema secreto de "desapropriação" do Estado, para fundar um "outro Estado". O ladrão tradicional roubava em causa própria e se escondia pelos cantos. Os ladrões deste governo roubam de testa erguida, como em uma "ação revolucionária". Fingem-se de democratas para apodrecer a democracia por dentro.

Lula topa tudo para ser reeleito. Ele usa os bons resultados da economia do governo FHC para fingir que governou. Com cínico descaro, ousa dizer que "estabilizou" a economia, quando o PT tudo fez para acabar com o real, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, contra tudo que agora apregoa como atos seus.

Se eleito, as chamadas "forças populares", que ocupam os 30 mil postos no Estado aparelhado, vão permanecer nas "boquinhas", através de providências burocráticas de legitimação.

As Agências Reguladoras serão assassinaadas. Os sinais estão claros, com várias delas abandonadas e com notícias de que o PMDB já quer diretorias.

O Banco Central perderá qualquer possibilidade de autonomia, como já rosnam os membros do "Comitê Central" do lullismo. A era Meirelles-Palocci será queimada, velho desejo de Dirceu e camaradas.

ARNALDO JABOR

Será possível que ninguém se toca?

Assistimos à desmoralização das conquistas da democracia

Qualquer privatização essencial, como a do IRB, por exemplo, será esquecida.

A reforma da Previdência "não é necessária" — dizem eles — pois os "neoliberais exageraram muito sobre sua crise", não havendo nenhum "rombo" no orçamento.

A Lei de Responsabilidade Fiscal será aos poucos desmoralizada por medidas atenuantes.

Os gastos públicos aumentarão, pois, como afirmam, "as despesas de custeio não diminuirão para não prejudicar o funcionamento da máquina pública". Nossa maior doença — o Estado canceroso — será ignorada.

Voltará a obsessão do "controle" sobre a mídia e a cultura, como aconteceu no início do primeiro tempo. Haverá, claro, a obstinada tentativa de desmanchar os escândalos do chamado "mensalão", desde os dólares na cueca até a morte de Celso Daniel e Toninho do PT, como já insinuam, dizendo que são "meias verdades e mentiras, sobre supostos crimes sem comprovação..."

Leis "chatas" serão ignoradas, como Lula já faz com a lei que proíbe reforma agrária em terras invadidas ilegalmente, "esquecendo-a" de propósito. Quanto ao MST, o governo quer mantê-los unidos e fiéis, como uma espécie de "gar-

da pretoriana", a vanguarda revolucionária dos "alotolás petistas", caso a crise política se agrave. Não duvidem, eles serão os peões de Lula.

Outro dia, no debate, quando o Alckmin contestou Lula ao vivo, ouviu-se um "ohhhh!!..." escandalizado entre eleitores, como se o Alckmin tivesse cometido um sacrilégio. Alckmin apenas atacou a intocabilidade do operário "puro" e tratou-o como um cidadão como nós, ignorando a aura de "ungido de Deus" de Lula, que os fanáticos intelectuais lhe pespegaram. Reagiram como diante de uma heresia, como se Alckmin tivesse negado a virgindade de Nossa Senhora. Lhe perguntar: "De onde veio o dinheiro?"

Agora, sem argumentos diante dos escândalos inegáveis, os lulistas só agem pela Fé. Lula sempre se disse "igual" a nós ou ao "povo", mas sempre do alto de uma "superioridade", como se ele estivesse "fora da política", como se a origem: pobre e a ignorância lhe concedessem uma sabedoria maior. Agressão é o silêncio cínico que ele mantém, desmoralizando as instituições pela defesa obstinada da mentira. Mas os militantes imaginários que se acham "amantes do povo" pensam que Lula não precisa dizer a verdade: basta parecer. Alguns até reconhecem os crimes: mas, "mesmo assim", votarão nele. Muitos tem medo de serem chamados de reacionários ou carretas. Há também os "latifundiários intelectuais": acadêmicos e pensadores se agarram em seus feudos e não ousam mudá-lo. Uns são benjaminianos; outros, marxistas; outros, hegelianos, gurus que justificam seus salários e status acadêmico e, por isso, não podem "esquecer um pouco o que escreveram" para agir. Mudar é trair, para ortodoxos. Ninguém tem peito de admitir a evidência inevitável de que só um "choque de capitalismo" destruiria nossa paralisia estatal, burocrática e patrimonialista, pois o mito da "revolução sagrada" é muito forte entre nós. Se há uma coisa que une esquerda e direita, é o ódio à democracia (Bobbio).

Os intelectuais dissimulados votarão em Lula de novo e dizem que "sempre foi assim" porque, no duro, eles acham que o lulo-dirceusismo estava certo, sim, e que o PT e sua quadrilha fizeram bem em assaltar o Estado para um "fim revolucionário".

Vou guardar este artigo como um registro em cartório. Não é uma profecia; é o óbvio, banal, previsível. Um dia, tirá-lo-ei do bolso e sofrerei a torta vingança de declarar: "Agora não adianta chorar sobre o chopinho derramado... Eu não disse?..."

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “TCU bloqueia repasse de R\$6,35mi ao Piauí às vésperas da eleição”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** do dia 13 de setembro do corrente.

A matéria destaca que, novamente, foram detectadas irregularidades pelo Tribunal de Contas da União nas transferências de recursos federais a Estados e municípios. As transferências irregulares já somam R\$17,2 milhões. O Estado governado pelo petista e

candidato à reeleição Wellington Dias, o Piauí, responde por 86% do total liberado pela União.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

TCU bloqueia repasse de R\$ 6,35 mi ao Piauí às vésperas da eleição

Irregularidades detectadas pelo tribunal nas transferências de recursos federais a Estados e municípios já somam R\$ 17,2 mi

O Piauí, Estado governado pelo petista Wellington Dias, candidato à reeleição, responde por 86% do total liberado pela União

MARTASALOMON
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O TCU (Tribunal de Contas da União) determinou ontem o bloqueio de mais R\$ 6,35 milhões repassados pelo governo federal ao Estado do Piauí em suposta afronta à legislação eleitoral. Essa é a terceira cautelar concedida pelo tribunal contra repasses de recursos da União a Estados e municípios.

As irregularidades detectadas somam até aqui R\$ 17,2 milhões, e o Estado governado pelo petista Wellington Dias, candidato à reeleição, responde por 86% do total liberado. A assessoria de imprensa do governo do Piauí disse que o Estado ainda não foi informado oficialmente sobre a decisão do TCU.

A lei eleitoral (número 9.504, de 1997) só autoriza a transferência de recursos da União a Estados e municípios nos três meses que antecedem as eleições para obras iniciadas anteriormente, serviços em andamento ou situações emergenciais. O descumprimento dessa regra pode levar à perda do registro ou do diploma do candidato beneficiado.

Na cautelar concedida ontem, o ministro Guilherme Palmeira, presidente do TCU, acaata a análise da equipe técnica do tribunal de que o dinheiro repassado teria como objetivo “o início de obras no período eleitoral”, sem que estivesse comprovada situação de emergência ou de calamidade pública. Contrariaria assim as restrições impostas pela legislação.

A cautelar determina que a Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) deixe de fazer novos repasses e impede que o Piauí gaste o dinheiro repassado em 21 e 22 de agosto aos cofres do Estado.

Como no caso das duas cautelares concedidas anteriormente, cópia da decisão seguiu para o Ministério Público Eleitoral para a “adoção de providências cabíveis”. Caberá ao procurador decidir se levará ou não o caso ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

O TCU já havia detectado irregularidades no repasse de dinheiro da União para a compra de ambulâncias no Piauí e de tratores, chamados de “patrulhas mecânicas”, em 17 prefeituras de 11 Estados. Poderão ser objeto de novas cautelares transferências no valor de R\$ 50 milhões em que os técnicos do tribunal constataram indícios de irregularidades, ainda sob investigação.

O TCU fiscaliza não só o repasse irregular de recursos públicos no período eleitoral como outras vedações impostas pela legislação, como propaganda próxima a repartição pública, uso de bens ou servidores públicos em campanhas.

Colaborou JOÃO CARLOS MAGALHÃES, da Agência Folha

[+] PIAUÍ: PETISTA LIDERA DISPUTA SEGUNDO IBOPE

O governador do Piauí, Wellington Dias (PT), possui 46% dos votos no Estado, segundo última pesquisa Ibope, divulgada em 15 de agosto. O senador Mão Santa (PMDB) tem 33%. Realizada entre 12 e 14 de agosto, a pesquisa foi registrada no TRE-PI sob nº 14280/2006.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Presidente comprou governador de MT”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** de 16 de outubro de 2006.

A matéria destaca que o vice-governador eleito de São Paulo, Alberto Goldman afirma que o Presidente Lula, na reta final da campanha, “comprou” o governador de Mato Grosso com financiamento a produtores rurais do estado, em troca de apoio político e votos.

Sr. Presidente, requiero que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Alberto Goldman, vice-governador eleito de São Paulo

‘Presidente comprou governador de MT’

Ele diz que petista não é o candidato dos pobres, mas das elites, e o acusa de usar o poder “sem escrúpulos”

Silvia Amorim

O vice-governador eleito de São Paulo, Alberto Goldman, que, ao lado do governador eleito José Serra, comanda uma onda de mobilização no Estado para ampliar a votação do tucano Geraldo Alckmin, diz que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não é o representante dos pobres, mas das “elites empresariais que mais lucraram” à custa daquela parcela do povo. Em entrevista ao Estado, Goldman acusa Lula de falta de escrúpulos na reta final de campanha. “Ele compra um governador de Mato Grosso (Blairo Maggi, do PPS) através de financiamento a produtores rurais a duas sema-

nas da eleição, introduz quase 3 milhões de famílias no Bolsa-Família a 90 dias da eleição... Ele não tem promessas, são pura mentira, enganação, mistificação.” Para Goldman, a vitória de Alckmin depende de tranquilidade e sangue frio.

A duas semanas da eleição, o candidato Geraldo Alckmin, embora tenha adotado um discurso mais ofensivo, ainda não conseguiu melhorar seu desempenho nas pesquisas de intenção de voto. A estratégia está equivocada?

Não. É a única possível. Temos de cobrá-los das coisas erradas e fazer com que isso chegue à população menos esclarecida, que é onde Lula ganha de forma avassaladora. A estratégia está correta: é cobrar e tentar fazer com que ele também perca votos entre a parcela da população economicamente ativa mais esclarecida. É o que fizemos no primeiro turno. Não diz o ditado “água

mole em pedra dura tanto bate até que fura”? Tem de ficar tranqüilo e ter sangue frio. Ao contrário do que diz, Lula é o candidato do voto conservador, daquele que não quer arriscar perder o Bolsa-Família.

Alckmin deve manter o tom mais agressivo?

O Geraldo tem de fazer exatamente como vem fazendo: apresentar pontos essenciais do programa de governo e não deixar de levantar questões que são preliminares, como a ética. Nenhum governo pode justificar uma ação administrativa se não estiver apoiado numa conduta ética acima de qualquer suspeita.

O sr. quer dizer que, numa eventual vitória de Lula, ele não conseguirá governar?

Acho que não há dúvida de que não se pode comparar uma eleição há quatro anos, quando ele tinha absoluta respeitabilidade, inclusive da oposição, com a situação atual. É indiscutível que, se ele for eleito – e eu espero que não –, ele começaria um mandato de forma extremamente debilitada. Acho que ele tem uma mácula fundamental nesse governo. Foi responsável por uma série de operações irregulares, ilegais e criminosas. Portanto, não teria credibilidade e respeitabilidade necessárias para começar um novo governo.

Qual a postura do PSDB num eventual segundo mandato de Lula?

Prefiro não discutir isso. Prefiro dizer que essa situação que se criou os levará a serem oposição. O que temos de fazer agora é cobrar respostas para todos os erros do governo, destacar o conjunto de mentiras que ele informa à população todos os dias. É um cidadão que não tem vergonha de mentir descaradamente. Isso não pode criar nenhuma condição de um relacionamento político saudável entre nós.

A que o sr. atribui a ausência de Lula no próximo debate?

Ele escolhe sempre as coisas que lhe convêm. No primeiro

turno ele disse, de forma provocativa, que a onça ia beber água. Não sei que água a onça bebeu, talvez aquela que passarinho não bebe. Ele age sempre de forma provocativa. Alguém que é o presidente da República e candidato à reeleição e usa sem escrúpulos o poder não pode ter a respeitabilidade. Ele compra um governador de Mato Grosso através de financiamento a produtores rurais a duas semanas da eleição, introduz quase 3 milhões de famílias no Bolsa-Família a 90 dias da eleição... Não tem promessas, são pura mentira, enganação, mistificação.

Ele diz que o País está dividido e ele representa os pobres.

Ele é o candidato das elites empresariais que mais ganharam nestes quatro anos. É o candidato das elites sindicais que deixam os sindicatos para ocupar cargos públicos, da elite da burocracia estatal. O fato de dar bolsa com recursos públicos não o torna o candidato dos pobres. Não nos vangloriamos de botar 1 milhão de famílias no Bolsa-Família, mas vamos nos vangloriar no dia em que tirarmos 1 milhão e dermos emprego a elas.

Completo um mês a investigação do caso do dossiê Vedoin. Uma resposta sobre a origem do dinheiro apreendido com petistas vem antes da eleição?

Pelo jeito eles não estão querendo que venha antes das eleições. Mais grave será se essa resposta vier depois e mostrar algum tipo de envolvimento dele ou das pessoas próximas. Vamos ter uma crise institucional. O povo tem de saber antes para não ser enganado. ●

O SR MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “PF afasta delegado e faz intervenção branca para controlar investigações”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo** de 22 de setembro do corrente.

A reportagem destaca que a Polícia Federal tentou abafar o caso do dossiê após descobrir o envolvimento de petistas no escândalo da compra de um falso dossiê contra candidatos do PSDB.

Sr. Presidente, solicito que a matéria citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCOS GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PF afasta delegado e faz intervenção branca para controlar investigações

Orientação é restringir acesso a informações e concentrar apuração em policiais de confiança do diretor do órgão

O delegado Edmilson Pereira Bruno, que prendeu petista e ex-policia em São Paulo e fez a apreensão do dinheiro, está fora do caso

LILIAN CHRISTOFOLETTI
DA REPORTAGEM LÓGICA

A Polícia Federal tentou abafar o caso do dossiê após descobrir o envolvimento de petistas no escândalo. Em São Paulo, onde um ex-agente da PF foi preso, a orientação era restringir ao máximo o acesso a informações e concentrar a investigação nas mãos de policiais de confiança do diretor-executivo da PF, delegado Zulmar Pimentel, 55, segundo homem na hierarquia do órgão.

Segundo a **Folha** apurou, o delegado Edmilson Pereira Bruno, que estava de plantão na madrugada de sexta-feira e prendeu o petista Valdebrán Padilha, foi afastado do caso.

Durante a operação, o delegado prendeu ainda o ex-agente da PF Gedimar Passos —que negociava o dossiê com Padilha, no hotel Ibis—, apreendeu R\$ 1,7 milhão e colheu os primeiros depoimentos.

Na segunda-feira, Bruno foi afastado. No lugar dele foram acionados policiais ligados ao superintendente em exercício da PF em São Paulo, Severino Alexandre, indicado para a diretoria executiva do órgão pelo diretor-executivo Pimentel.

Como o superintendente em exercício, a **Folha** apurou que o policial preso também fazia parte do grupo de agentes que gozavam da confiança do diretor-executivo —a PF de Brasília não confirmou a informação.

Por orientação do superintendente em exercício, todos os delegados e agentes foram proibidos de falar sobre o caso. Também foi vetada a divulgação de imagens do dinheiro apreendido no hotel.

As fitas de vídeo gravadas pelo circuito interno do Ibis, segundo um funcionário do hotel, haviam sido prometidas ao delegado Bruno, que deveria retirá-las na segunda-feira. Por determinação do superintendente em exercício, o material foi lacrado e encaminhado diretamente para ele.

Uma das situações consideradas “estranhas” por agentes da PF, que pediram para que seus nomes não fossem divulgados, foi o depoimento de Freud Godoy, ex-assessor especial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O superintendente em exercício determinou que Godoy fosse ouvido na segunda-feira por uma delegada assistente dele, considerada “novata” na profissão. O normal, dizem, seria Bruno ter assumido o interrogatório já que ele ouviu os

presos e é delegado de classe especial, último grau na polícia.

A **Folha** tentou entrar em contato ontem com o delegado Bruno e com o superintendente em exercício. O primeiro, segundo a assessoria da PF, não tinha autorização para falar com a imprensa. Precisa da aprovação de Alexandre.

A reportagem telefonou cinco vezes para o gabinete do superintendente Alexandre. As secretárias informaram que transmitiram o recado, mas que ele dificilmente fala com jornalistas. Localizado por telefone, Bruno se negou a falar. A PF em Brasília foi informada sobre o teor da reportagem, mas não retornou as ligações.

Renata Lo Prete

O pêndulo de Lula

ROTEIRO se repete toda vez que petistas são apanhados em flagrante delito. Somos entupidos de relatos palacianos segundo os quais Lula estaria “muito irritado”, “furioso” até, com o acontecido. No caso da montagem e compra de informações contra os tucanos, quer ver a Polícia Federal “colocar algemas” nos responsáveis.

Motivo para irritação de fato existe. Se mais não fosse, o presidente perdeu seu churrasqueiro oficial e ainda teve de enfrentar uma bateria de perguntas embaraçosas ontem no “Bom Dia Brasil”.

A questão, no entanto, é saber se Lula ficaria aborrecido caso a operação —em suas palavras “abominável” e “imoral”— tivesse transcorrido em sigilo e ao final dado certo. Claro que não.

Ainda que integrantes da campanha de Aloizio Mercadante estejam enrolados até o pescoço no episódio, não pára em pé o raciocínio de que “apenas o PT de São Paulo” teria a lucrar com a eventual desmoralização de José Serra.

Não que Lula perca o sono com a perspectiva de vitória tucana no Estado. Pretende mesmo se beneficiar da rivalidade entre Serra e Aécio Neves no jogo de 2010. Mas infinitamente melhor seria uma oposição de espinha quebrada. Foi o que os compradores do dossiê e da entrevista de Luiz Antonio Védoin à “IstoÉ” tentaram providenciar.

A crônica oficial do humor presidencial ajuda Lula porque lhe dá a oportunidade de ser e não ser PT ao sabor de sua conveniência. No auge da crise do mensalão, ele não era. Passado o pior da tormenta, foi voltando a ser. Mais recentemente, com a campanha em céu de brigadeiro, já se permitia afagar em público os cadós.

Agora, retoma as queixas e procura se mostrar apartado “desses meninos” —como se referiu, no “Bom Dia”, aos operadores do dossiê, alguns dos quais lhe são fiéis desde sempre e acima de tudo.

Trata-se, óbvio, de uma mistificação. Para Lula quantos palavrões bem entender, em seu DNA está escrito PT-SP. Não há dissociação possível.

A outra mistificação consiste em qualificar os homens do dossiê como “trapalhões” —o problema, fica implícito, é que “fizeram tudo errado” — e não como os golpistas que na verdade são.

O tratamento condescendente cumprirá a função de facilitar a recondução “desses meninos” a suas funções, tanto subterrâneas como na churrasqueira, quando a poeira baixar e o pêndulo de Lula se mover novamente.

Num ambiente em que o jornalista responsável pela entrevista de Védoin declara sem corar que “da minha assinatura para trás, não sei o que aconteceu”, não faltarão ingênuos para comprar essa farsa, nem espertos interessados em vendê-la.

RENATA LO PRETE é editora do Painel

A ORIGEM DO DINHEIRO

De onde veio o valor apreendido pela Polícia Federal na última sexta-feira



OS DÓLARES

O fato de as notas ainda estarem presas em cintas douradas de papel com a inscrição da casa da moeda norte-americana indica que o dinheiro foi sacado em um banco nos EUA



OS REAIS

Segundo a PF, a quantia foi sacada em agências do BankBoston e do Bradesco em São Paulo e no Rio. Gedimar disse ao depor que parte do dinheiro foi entregue a ele por alguém chamado "Expedito"



O SACADOR
RECOLHEU
R\$ 1,7
milhão

no total para
comprar o dossiê
elaborado pelos
Vedoin

COM GEDIMAR

US\$ 139 mil

R\$ 410 mil

O ex-agente da PF deveria
receber os documentos e
pagar o restante a Valdebran

COM VALDEBRAN

R\$ 1 milhão

O petista, que levaria o dinheiro
aos Vedoin, recebeu o valor

DOSSIÊ EM 123 DIAS DE CUIDADO

O QUE AINDA NÃO FOI RESPONDIDO

Sobre os dólares

>> Em que banco dos EUA teria sido sacado o total em dólares?
>> A Polícia Federal já tem essa informação?

Sobre os reais

>> Em contas de quais pessoas estava o dinheiro sacado no Bradesco, Safra e BankBoston?

Sobre a PF

>> Por que não mostrou, como de costume, imagens das notas apreendidas?
>> Por que não esperou o caso se desentolar para prender os envolvidos em SP em flagrante?
>> A PF recebeu ordens para não agir do mesmo modo como sempre age?

Sobre o sacador

>> Quem recolheu o dinheiro nos bancos?
>> Há uma outra pessoa que recebeu o montante e o repassou para Gedimar? Ou foi a mesma que arrecadou nos bancos e repassou?
>> Essa pessoa é Expedito Veloso, ex-diretor do Banco do Brasil?

Sobre o dossiê

>> A PF revelou todo o conteúdo do dossiê ou ainda há alguma coisa a ser mostrada?
>> O dossiê compromete o PT e, por isso, o partido também estava interessado em comprá-lo, para calar Vedoin?

Sobre o destino final do dinheiro

>> O dinheiro iria para as mãos de quem? Apenas para Vedoin, que tentou vender as informações?
>> Parte do dinheiro estaria destinado para negociar com as revistas citadas no caso?

Dossiê tinha dados contra PT, diz suspeito

DA REPORTAGEM LOCAL

Foi para tirar de circulação um calhamaço com cerca de 2.000 páginas com denúncias contra vários partidos, principalmente contra o PT, que petistas estariam dispostos a pagar R\$ 2 milhões para Luiz Vedoin, chefe dos sanguessugas.

A afirmação foi feita pelo ex-policial federal Gedimar Pereira Passos, preso na sexta-feira negociando o dossiê. Os documentos, disse ele, desapareceram.

"A família Vedoin se dispôs a vender ao PT informações graves que envolvem não só políticos de outros partidos, mas também políticos do próprio PT", disse Passos, que estaria a serviço do PT.

Segundo o ex-policial, o dossiê abordava casos "graves", que não se limitavam ao esquema dos sanguessugas. Os papéis, disse, faziam parte do "pacote" vendido por Vedoin.

Passos afirmou também, segundo a polícia, que viu o calhamaço durante uma reunião em Cuiabá (MT). Disse que, na quinta-feira, quando se encontrou no hotel com o emissário dos Vedoin, Valdebran Padilha, os papéis não estavam com ele.

A PF está buscando o documento citado pelo ex-agente. (UOL)

Governo tem meio rápido para saber nomes de sacadores

RUBENS VALENTE
DA REPORTAGEM LOCAL

O governo federal tem condições de identificar, em curto espaço de tempo, de quais contas bancárias vieram os cerca de R\$ 1,16 milhão em espécie usados por integrantes da campanha à reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para tentar adquirir um dossiê contra tucanos na semana passada.

Segundo a *Folha* revelou ontem, a partir de fontes da Polícia Federal, os investigadores suspeitam que parte dos saques ocorreu em agências bancárias de Duque de Caxias (RJ) e do bairro de Campo Grande, no Rio de Janeiro.

Definidas as cidades e as regiões, o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), órgão vinculado ao Ministério da Fazenda, pode esclarecer se houve movimentações bancárias suspeitas nos dias que antecederam a quinta-feira da semana passada, quando aconteceu a última entrega de dinheiro, em um hotel da capital paulista.

Saques foram em SP e no Rio em dois bancos

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A Polícia Federal descobriu que os reais usados pelos petistas para comprar o dossiê contra tucanos foram sacados em dois bancos

—Bradesco e Boston— e não em três. No caso do Safra, o dinheiro envolto em cinta da instituição estava emprestado ao Bradesco.

Inicialmente, a PF investigava nas três instituições a origem do saque do R\$ 1 milhão apreendido com Gedi-mar Passos e Valdebran Padilha. O dinheiro seria enviado para os Vedoin em Cuiabá como pagamento pelo dossiê e pela entrevista à revista “Isto É” na semana passada.

Ao investigar as operações nos três bancos, a PF apurou que o dinheiro envolto em cinta do Banco Safra estava, na realidade, na tesouraria do Bradesco. É comum bancos trocarem dinheiro entre si para compensações.

A Polícia Federal já sabe que os saques foram realizados em agências dos dois bancos em São Paulo, nos bairros da Barra Funda e da Lapa, e no Rio de Janeiro (Duque de Caxias e Campo Grande).

As informações chegam ao mesmo tempo ao Banco Central, onde seu Departamento de Combate a Ilícitos Cambiais e Financeiros mantém um “Sistema Alerta”.

Pela carta-circular 3.098, de 11 de junho de 2003, que trata do combate à lavagem de di-

nhheiro, não só os saques acima de R\$ 100 mil devem ser comunicados pelos bancos ao Coaf, mas também os provisionamentos para saques. Ainda que

os sacadores tenham feito inúmeras operações com valores abaixo de R\$ 100 mil, o provisionamento do dinheiro revelaria as operações.

Os bancos devem enviar a comunicação na mesma data da operação. A informação chega pela internet ao Coaf e ao BC (Banco Central) pelo formulário padrão PCAF-500, criado em 2001 por uma circular do BC. Nele são narrados nome do correntista, número da conta, o enquadramento legal e o motivo alegado ao banco pelo correntista no ato da operação.

As comunicações são feitas pelo próprio gerente do banco.

No final da tarde de ontem, o Ministério da Fazenda se recusou, por meio de sua assessoria de comunicação, a informar se houve ou não comunicações de operações bancárias consideradas atípicas (depósitos, saques e provisionamentos acima de R\$ 100 mil em dinheiro ou movimentações incompatíveis com patrimônio ou renda do correntista) nos dias anteriores à compra desastrosa do dossiê e nas cidades apontadas

extra-oficialmente pela PF.

“Quando o Coaf identifica qualquer comunicação atípica, encaminha para os órgãos públicos. As informações são protegidas por sigilo bancário”, limitou-se a informar a pasta.

Os órgãos citados pela assessoria do ministério são a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e a Câmara de Valores Mobiliários, entre outros.

O órgão do governo que fiscaliza o sistema bancário está nas mãos de um funcionário nomeado pelo então ministro Antonio Palocci (Fazenda), Antônio Gustavo Rodrigues.

O presidente do Coaf foi o responsável por acionar a Polícia Federal para averiguar suposta movimentação irregular na conta do caseiro Francenildo Costa —testemunha da CPI dos Bingos que revelou as visitas de Palocci a uma casa mantida por lobistas em Brasília—, logo após ele ter tido sua conta bancária invadida, no início do ano. Contudo, segundo concluiu a PF, não havia irregularidade nos R\$ 25 mil depositados na conta do caseiro.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, volto à tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada “Imagens de TV manipuladas”, publicada pelo jornal **Correio Braziliense** em sua edição de 23 de setembro de 2006.

A reportagem destaca que o programa eleitoral do PT, manipulou imagens da presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura da 61ª Assembléia das Nações Unidas, onde Lula é supostamente aplaudido de pé pelos chefes de estado presentes à Assembléia. Na verdade os aplausos mostrados no programa elei-

toral do Partido dos Trabalhadores, eram na verdade dirigidos ao presidente da ONU, Kofi Anam.

Por fim, Sr Presidente, requeiro que a matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

IMAGENS DE TV MANIPULADAS

SANDRO LIMA

DA EQUIPE DO CORREIO

O programa eleitoral do PT manipulou imagens da presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura da 61ª Assembleia das Nações Unidas, segundo o prefeito do Rio, César Maia (PFL). No programa eleitoral veiculado esta semana, aparecem imagens de Lula discursando, seguidas de aplausos entusiasmados da platéia, formada por chanceleres e chefes de estado. Mas, de acordo com Maia, os aplausos foram para o secretário-geral da ONU, Kofi Annan. Segundo o prefeito, nem o ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, se levantou para aplaudir Lula. A produtora do publicitário João Santana, responsável pelo programa, foi procurada pelo Correio, mas não se pronunciou sobre o caso.

César Maia postou em seu ex-blog trechos de dois vídeos: o do programa eleitoral do PT e o do site da ONU. Ambos na parte em que Lula discursa. Segundo o prefeito, o site da ONU deixa claro que o discurso de Lula não teve a mesma acolhida calorosa do que a mostrada no horário eleitoral. No discurso, na última terça-feira, Lula pediu que os países ricos lutem contra a pobreza e direcionem mais recursos para os países em desenvolvimento. Para César Maia, houve montagem para mostrar um prestígio internacional de que o presidente não goza mais. Não foi a primeira vez que o programa eleitoral de Lula mostrou cenas que não correspondem à realidade. Há duas semanas, apresentou como realizações do governo atual obras inacabadas e projetos que ainda não saíram do papel, como os metrô de Salvador, de Fortaleza, do Recife e de Belo Horizonte, a refinaria de Pernambuco e a Ferrovia Transnordestina.

O candidato do PSDB à Presidência, Geraldo Alckmin, chamou algumas das obras apresentadas de virtuais. A refinaria de Pernambuco, fruto de uma parceria entre a Petrobras e a estatal petroleira venezuelana PDVSA, será construída em 44 meses, entrando em funcionamento apenas em 2011, ou seja, após o próximo mandato presidencial. O

metrô de Fortaleza, mostrado no horário eleitoral de Lula, também não foi concluído. Desde junho passado, quando foi anunciada a liberação de R\$ 35,59 milhões – 10% do total orçado para 2006 – para o metrô de Fortaleza, às vésperas do começo da campanha eleitoral, apenas R\$ 12 milhões foram repassados para a empresa que toca as obras. Os valores representam menos de 13% dos R\$ 370 milhões previstos.

Propaganda oficial

Não só no horário eleitoral, mas também na propaganda oficial houve manipulação de informações e imagens. Em março de 2004, o governo foi obrigado a suspender uma campanha do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

As imagens do anúncio do Pronaf foram feitas numa propriedade rural em Cotia, na Região Metropolitana de São Paulo, do empresário rural Mário Ribeiro. Os personagens mostrados eram, na verdade, funcionários da fazenda e não beneficiários do programa. Na ocasião, o governo reconheceu que foram utilizados “elementos ficcionais” na propaganda do Pronaf e que, por isso, determinou a imediata retirada do ar da campanha. O governo determinou ainda a refilmagem com imagens que correspondam à realidade do Pronaf. A agência de Duda Mendonça, responsável pela produção do material, disse

que houve erro, mas não mentira, pois foram divulgados dados reais sobre o Pronaf.

No mesmo ano, a propaganda do Bolsa Família deu números errados sobre os valores pagos às famílias no Bolsa Escola. Na ocasião, a Secretaria de Comunicação classificou o erro de lamentável, mas considerou legítimo o uso de imagens fictícias para representar realidade. No texto da propaganda, o locutor diz que as famílias antes recebiam no máximo R\$ 25. Na verdade, essa era a média dos pagamentos. O valor máximo era de R\$ 45. As campanhas são da agência de Duda Mendonça, que foi notificada pela Secom. O órgão decidiu examinar a campanha publicitária peças, por ter recebido informações de que a propaganda do Bolsa Família também teria problemas com as imagens usadas.

VIRTUAL

44 meses

é o tempo que ainda falta para o governo inaugurar obra apresentada no programa de TV

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 39 minutos.)

(OS Nº 15665/2006)

ATO DO PRESIDENTE**Nº 057 , DE 2006**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

Dispensar o servidor **ELIAS DE OLIVEIRA**, matrícula nº 13319, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Diretor da Subsecretaria de Suporte Técnico ao Usuário, da Secretaria Especial de Informática, Símbolo FC-8, Quadro de Pessoal do Senado Federal, com efeitos a partir de 1º de novembro de 2006.

Senado Federal, em 25 de outubro de 2006.



Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 058 , DE 2006**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

Dispensar o servidor **ALAN SILVA**, matrícula nº 31590, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Chefe do Serviço de Sinalização e **designá-lo** para exercer a Função Comissionada de Diretor da Subsecretaria de Suporte Técnico ao Usuário, da Secretaria Especial de Informática, Símbolo FC-8, Quadro de Pessoal do Senado Federal, com efeitos a partir de 1º de novembro de 2006.

Senado Federal, em 25 de outubro de 2006.



Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 240 , DE 2006

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

I – Designar o servidor José Carlos Maia, matrícula 105019, para integrar como membro, a Comissão Especial de que trata a Portaria nº 227, de 2006, do Diretor-Geral.

II – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com os seus efeitos a partir do dia 13 de setembro de 2006.

Senado Federal, 26 de outubro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 241 , DE 2006

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

I – Designar o servidor Rui Janiques, matrícula 102882, para integrar, como membro, a Comissão Especial de que trata a Portaria nº 215/2006, do Diretor-Geral, incumbida de planejar e supervisionar, no âmbito regulamentar da Coordenação Administração das Residências Oficiais, os preparativos necessários à recepção dos Senadores eleitos para a 53ª Legislatura.

II – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com os seus efeitos a partir do dia 1º de outubro de 2006.

Senado Federal, 26 de outubro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2101 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **015867/06-4**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARCELO FAGUNDES GOMIDE** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PSDB.

Senado Federal em 26 de outubro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2102 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 9, de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **CARLOS ALBERTO BELESA SOUSA**, matrícula nº 102729, e **JOSÉ OSWALDO FERMOZELLI CAMARA**, matrícula nº 104763, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 000273/06-6 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de outubro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 2103, de 2006.**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar o servidor **PEDRO AMERICO PINHEIRO CAMARA**, matrícula **39990**, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da **FUNÇÃO COMISSIONADA** de **ASSISTENTE TÉCNICO**, símbolo **FC-6**, do Serviço de Atividades Especiais, da Subsecretaria de Apoio Técnico, e **designá-lo** para exercer a Função Comissionada de **ANALISTA LEGISLATIVO**, símbolo **FC-07**, da Diretoria-Geral, com efeitos financeiros a partir de **1º de outubro de 2006**.

Senado Federal, 26 de outubro

de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 2104 /2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o Ato nº 09, de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora, **R E S O L V E** :

Art. 1º - Designar **MARCOS JOSÉ MONTEIRO**, matrícula **34220** e **JOSÉ LOPES DA SILVA**, matrícula **32715**, servidores da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, para gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 1056/06-9 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de outubro

de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia
PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães**
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro
BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão
PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney**

Pará
PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco
PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais
BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás
PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres **
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso
PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul
PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará
PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba
PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Morais**
PRB – Roberto Cavalcanti **^S

Espírito Santo
PSDB – João Batista Motta*^S
PSDB – Marcos Guerra**^S
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí
PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte
PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina
PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas
P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotônio Vilela Filho**

Sergipe
PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas
PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná
PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre
BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul
PSDB – Juvêncio da Fonseca*
PT – Delcídio Amaral **
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal
PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins
PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá
PMDB – José Sarney *
PMDB – Geovani Borges**^S
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia
PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima
PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 ** : Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT

Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves (PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela Filho ³ (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira ⁵	MG	2244	1. Leomar Quintanilha ⁴ (PCdoB)-cessão	TO	2073
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Geovani Borges ⁶	AP	1712
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁷	SP	3213
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 3.10.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Retornou em 18.8.2006, após término de licenças concedidas de acordo com Requerimentos nº 455 e 456, de 2006 (DSF de 30.8.2006).

⁴ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gerson Camata, em vaga cedida pelo PMDB, de acordo com o Of. GLPMDB nº 318/2006, de 14.8.2006, e Ofício nº 269/2006, de 15.8.2006, aprovados na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁵ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Ney Suassuna, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁶ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gilvam Borges, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁷ Eleito na Sessão do SF do dia 3.10.2006. Indicado de acordo com o Ofício nº 32/2006-GLDBAG-CSCOM, de 6.9.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 1º.9.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Retornou em 18.8.2006, após término de licenças concedidas de acordo com Requerimentos nº 455 e 456, de 2006 (DSF de 30.8.2006).

⁴ Retornou em 31.8.2006, após término da licença concedida de acordo com Requerimento nº 498, de 2006 (DSF de 1.9.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 15.8.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. SERYS SLHESSARENKO (PT/MT)
EDUARDO SUPLCY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)
-----------------------------------	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

(Atualizada em 24.10.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA PMDB-MG
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 15.8.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 76 PÁGINAS